



Moçambique

Exame nacional 2015 da Educação para Todos

Este relatório foi preparado pelas autoridades nacionais competentes com vista ao Fórum Mundial sobre a Educação (Incheon, República da Coreia, 19-22 de maio de 2015). Este relatório foi apresentado em resposta ao convite feito pela UNESCO aos seus Estados Membros para avaliar os progressos realizados desde 2000 com vista a atingir a Educação para Todos (EPT).

As ideias e opiniões expressas neste documento pertencem aos seus autores e não vinculam a UNESCO. As designações utilizadas e a apresentação de dados nele contidos não implicam qualquer tomada de posição pela UNESCO quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou das suas autoridades, nem quanto à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Este documento pode ser citado da seguinte forma: “Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Moçambique”. Para mais informações contactar : efa2015reviews@unesco.org



República de Moçambique
Ministério da Educação

Relatório Sobre os Seis Objectivos da Educação para Todos

MOÇAMBIQUE

Maputo, Janeiro de 2015

Índice

Acrónimos	i
Sumário Executivo	ii
1 Introdução	1
1.1 Os objectivos da Educação para Todos	1
1.2 O contexto sócio-económico	3
1.3 O contexto educacional	4
1.3.1 O SNE.....	4
1.3.2 Situação do SNE em 2000	5
2 Principais desafios da EPT em 2000 e as Metas para 2015	6
3 Progressos em prol das Metas de EPT.....	9
3.1 Expansão dos cuidados da primeira infância (educação pré-escolar)	10
3.2 Universalização da Educação Primária (Educação Básica)	12
3.3 Alcance das competências essenciais por parte dos jovens e adultos	14
3.4 Incremento da Alfabetização de Adultos	16
3.5 Paridade de género e igualdade na educação	18
3.6 Qualidade de educação	20
3.6.1 Ensino Primário – Funcionamento e resultados	21
3.6.2 O Ensino Pós-primário - Funcionamento e resultados	29
3.6.3 Reformas introduzidas no ensino primário	35
3.6.4 Reformas introduzidas no nível secundário	39
4 Implementação das estratégias nacionais para o alcance dos 6 objectivos da EPT	42
5 Perspectivas para o pós 2015	45
6 Bibliografia	48
7 Anexos	51

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CRIANÇAS ATENDIDAS EM CENTROS INFANTIS E ESCOLINHAS ENTRE 2000 E 2012	11
GRÁFICO 2 – MATRÍCULAS E TAXAS LÍQUIDAS E BRUTAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO PRIMÁRIO DE 7 CLASSES ENTRE 2000 E 2014	13
GRÁFICO 3 – CRIANÇAS MATRICULADAS NA 1ª CLASSE E TAXAS LÍQUIDAS E BRUTAS DE ADMISSÃO	13
GRÁFICO 4 – ALUNOS MATRICULADOS E TAXAS BRUTAS E LÍQUIDAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO ESG1 ENTRE 2000 E 2014	15
GRÁFICO 5 - ALUNOS MATRICULADOS E TAXAS BRUTAS E LÍQUIDAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO ESG2 ENTRE 2000 E 2014	15
GRÁFICO 6 – PARIDADE DE GÊNERO POR CLASSE ENTRE 2000 E 2014	19
GRÁFICO 7 - TAXAS DE REPROVAÇÃO NA 1ª, 3ª, 4ª, E 6ª CLASSES ENTRE 2000 E 2013	23
GRÁFICO 8 - TAXAS DE REPROVAÇÃO NA 2ª, 5ª, 7ª CLASSES ENTRE 2000 E 2013	24
GRÁFICO 9 – TAXAS DE DESISTÊNCIA NAS 1A, 2A, 3A E 4A CLASSES NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2013	25
GRÁFICO 10 – TAXAS DE DESISTÊNCIA NAS 5ª, 6ª E 7ª CLASSES ENTRE 2000 E 2013	25
GRÁFICO 11 PROPORÇÃO DE CRIANÇAS COM IDADE CERTA FREQUENTANDO A CLASSE CERTA ENTRE 2004 E 2014	26
GRÁFICO 12 – NÚMERO DE GRADUADOS E TAXA DE CONCLUSÃO DA 7ª CLASSE ENTRE 2000 E 2013	27
GRÁFICO 13 – RÁCIO ALUNOS PROFESSOR, ENTRE 2000 E 2014, NO ESG1 E ESG2	30
GRÁFICO 14 – RÁCIO ALUNOS TURMA, ENTRE 2000 E 2014, NO ESG1 E ESG2	31
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DOS PROFESSORES COM O NÍVEL SUPERIOR NO ESG1, ENTRE 2004 E 2014	31
GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DOS PROFESSORES COM O NÍVEL SUPERIOR ENTRE 2004 E 2014 NO ESG2	31
GRÁFICO 17 – GRADUADOS DA 10ª CLASSE E TAXAS DE CONCLUSÃO ENTRE 2004 E 2013	34
GRÁFICO 18- GRADUADOS DA 12ª CLASSE E TAXAS DE CONCLUSÃO ENTRE 2004 E 2013	35

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA REDE ESCOLAR ENTRE 2000 E 2014	9
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS ESCOLARES A TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO NO PERÍODO EM ANÁLISE (ENSINO DIURNO, NOCTURNO, PÚBLICO, COMUNITÁRIO E PRIVADO).....	10
TABELA 3 – TAXA DE ALFABETIZADOS POR PROVINCIAL ENTRE 2000 E 2011	17
TABELA 4 – ÍNDICE DE PARIDADE DE GÊNERO ENTRE AS PROVÍNCIAS E POR NÍVEL DE ENSINO ENTRE 2000 E 2014	20
TABELA 5 - PROPORÇÃO DE PROFESSORES LICENCIADOS E BACHARÉIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS NOS DIFERENTES NÍVEIS DO ENSINO GERAL ENTRE 2004 E 2014	22
TABELA 6- MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE POR PROVINCIAL ENTRE 2000 E 2011.	29
TABELA 7 – TAXAS DE REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIA NO ESG1 ENTRE 2000 E 2013	33
TABELA 8 – TAXAS DE REPROVAÇÃO E DESISTÊNCIA NO ESG2 ENTRE 2004 E 2013	33
TABELA 9 – OBJECTIVOS E METAS ENTRE 2000 E 2016	44

ACRÓNIMOS

ADE	Apoio Directo às Escolas
AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
DICIPE	Desenvolvimento Integrado da Criança em Idade Pré-escolar
EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau
ESG1	1º Ciclo do Ensino Secundário
ESG2	2º Ciclo do Ensino Secundário
ES	Ensino Superior
ETP	Ensino Técnico-Profissional
EPT	Educação Para Todos
HIV	Virus de Imuno-deficiência Humana
IFEA	Instituto de Formação de Educadores de Adultos
IFP	Instituto de Formação de Professores
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
INDE	Instituto de Desenvolvimento da Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINED	Ministério da Educação
OE	Orçamento do Estado
PEE	Plano Estratégico da Educação
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
PESD	Programa de Ensino Secundário à Distância
PNE	Política Nacional de Educação
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SIDA	Síndrome de Imuno-deficiência Adquirida
SNE	Sistema Nacional de Educação
UNESCO	United Nations Education Science and Culture Organization

Com a aproximação do ano de 2015, urge apresentar o ponto de situação do cumprimento dos objectivos da Educação para Todos acordados em Dakar.

O presente relatório nacional, visa avaliar o trabalho realizado pelo sector da Educação em Moçambique, entre 2000 e 2014, para o alcance dos 6 objectivos da EPT, cuja finalidade é assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à educação básica de qualidade, até o ano de 2015.

Em 2000, altura em que se adoptou a Declaração de Dakar, o país encontrava-se numa situação económica difícil. Com efeito, apesar do crescimento da economia que rondava os 7% o país debatia-se com um peso excessivo da dívida externa cujo serviço absorvia cerca de 30% do Orçamento corrente do Estado. Na altura, o sector da Educação estava no processo de reposição da rede escolar destruída pela guerra, terminada em 1992.

Em 1999, Moçambique tornou-se elegível para participar da iniciativa de alívio à dívida (HIPC) que permitiu libertar fundos para os programas sociais, incluindo programas da Educação.

Ao longo do período em análise, o sector definiu 3 áreas prioritárias de acção nomeadamente a expansão equitativa do acesso à educação, a elevação da qualidade de ensino e o reforço da capacidade institucional e de gestão do sistema.

Progressos alcançados

Entre 2000 e 2014, a rede escolar cresceu em todos os níveis de ensino, com particular destaque para o nível do ESG2, onde esta expandiu aproximadamente 15 vezes, o EP2 e as Escolas Técnicas Profissionais que aumentaram 10 e 9 vezes, respectivamente. De igual forma, os efectivos escolares em todos os níveis também cresceram, com destaque para os do ESG2, e do Ensino Técnico Profissional que aumentaram 12 e 14, vezes respectivamente. Os efectivos do ES e o ESG1 cresceram 9 e 6 vezes, respectivamente.

O país realizou reformas importantes no que concerne ao Ensino pré-escolar tendo aprovado a estratégia para atender a este nível, até então pouco activo. Introduziu um novo currículo para o Ensino Primário, aboliu as Taxas de

Matrícula para este nível e introduziu o Apoio Directo às Escolas, reforçou o programa de distribuição gratuita do livro escolar, introduziu novos modelos de formação de professores para o ensino primário e secundário, realizou campanhas de sensibilização para a matrícula das crianças aos 6 anos na 1ª classe do Ensino Primário. O Ensino Secundário, Técnico, e Superior beneficiaram, igualmente, de reformas.

Estas acções tiveram efeitos positivos sobre o aumento do acesso e equidade de género em todos os níveis de ensino. Porém, a qualidade de ensino foi afectada pelo crescimento acelerado dos efectivos escolares. Em particular, a aprendizagem da leitura e escrita nas primeiras classes do Ensino Primário constitui, actualmente, um enorme desafio que afecta negativamente a aprendizagem nas classes subsequentes. Esta situação é reflectida por altos índices de ineficiência que afectam o Sistema de Educação.

O sector incrementou e diversificou a oferta de programas de Alfabetização e Educação de Adultos, mas, os altos índices de desistência afectam o cumprimento dos objectivos de redução em metade do índice de analfabetismo na sociedade.

Em todos os níveis de ensino, a qualidade de ensino é afectada pelo crescimento acelerado dos efectivos escolares que estão desfasados das construções escolares e da formação e contratação de professores em quantidade e qualidade para o sistema. Daí os elevados rácios alunos professor e aluno turma. A desistência e a reprovação são uma consequência da, entre outros, baixa qualidade de ensino e contribuem para a distorção classe/idade dos alunos e para os baixos índices de conclusão do ensino primário e secundário. O sector obteve maiores êxitos no que concerne à paridade de género na Educação tendo-se aproximado da meta de equidade, tanto no Ensino Primário, como no Secundário.

Em geral, o sector não irá cumprir com a maioria dos objectivos da Declaração de Dakar, devendo continuar a trabalhar no sentido de atingir os objectivos nos próximos anos, conforme refere o relatório de Balanço do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014.

No entanto é possível afirmar que o país realizou enormes progressos em prol do cumprimento dos Objectivos plasmados na Declaração de Dakar, tendo em conta os baixos níveis de cobertura de que o sistema enfermava no ano 2000.

Perspectivas para o pós 2015

Considerando que o sector não vai atingir os indicadores traçados no PEE 2012-2014, que estão alinhados com os Objectivos de Dakar, este propõe-se a estender o Plano até o ano 2019, com vista a permitir mais tempo para o seu alcance. Neste contexto, o sector irá continuar a monitorar as acções para atingir os resultados pretendidos, formar quadros a todos os níveis e debruçar-se sobre a melhoria da gestão escolar a fim de lograr os resultados da aprendizagem nas escolas.

O maior desafio do sistema é melhorar a aprendizagem das crianças na escola e, vencê-lo, exige acções coordenadas dos vários níveis das instituições do Estado, incluindo o Ministério da Educação e da sociedade civil.

Para o pós 2015, o sector continuará a implementar o PEE 2012-2016 enfocando-se em políticas que favoreçam a aprendizagem e a retenção dos alunos no sistema, a melhoria dos processos pedagógicos ao nível da escola, a formação e capacitação de professores, a gestão da escola nos diferentes níveis de ensino.

No ETP, o sector continuará e implementar a reforma deste nível assegurando a formação para o mercado de trabalho

Quanto à AEA o sector irá trabalhar no sentido de reduzir até 30% a taxa de analfabetismo no país.

Com a aproximação do ano de 2015, urge apresentar o ponto de situação do cumprimento dos objectivos da Educação para Todos (EPT) acordados em Dakar.

O presente relatório nacional, visa avaliar o trabalho realizado pelo sector da Educação em Moçambique, entre 2000 e 2014, para o alcance dos 6 objectivos da EPT, cuja finalidade é assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à educação primária e gratuita de qualidade, de 7 classes, até o ano de 2015.

Para a elaboração do presente relatório a UNESCO preparou um guião e o respectivo formato do relatório a ser seguido por todos os Estados membros de modo a assegurar uniformidade e comparabilidade dos resultados alcançados.

O presente relatório nacional é elaborado pelo Ministério da Educação (MINED) com base nos documentos oficiais do Governo e do sector, com a participação dos parceiros do sector, e seguindo o guião definido pela UNESCO.

Os dados estatísticos apresentados neste documento são referentes à base de dados em formato electrónico do MINED e podem incluir algumas diferenças com dados de outros documentos. Os dados estatístico de **todos** os níveis de ensino são referentes ao ensino diurno e nocturno e incluem o ensino público, privado e comunitário, salvo se indicado de outro modo.

Para o cálculo das taxas de cobertura foram usadas as projecções oficiais da população feitas a partir do censo da população de 2007.

1.1 Os objectivos da Educação para Todos

Os Objectivos da EPT, acordados entre os países no ano 2000, em Dakar, constituem um tratado que tem como principal objectivo assegurar que todos os cidadãos, sem discriminação tenham acesso à educação básica de qualidade, até o ano de 2015.

Em Dakar, os países comprometeram-se a atingir os seguintes objectivos:

- Objectivo 1** expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena (em idade pré-escolar¹), especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- Objectivo 2** assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade, até o ano 2015;
- Objectivo 3** assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- Objectivo 4** alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos;
- Objectivo 5** eliminar disparidades de género na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
- Objectivo 6** melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Moçambique, na qualidade de signatário da Declaração de Dakar comprometeu-se a trabalhar para o cumprimento destes Objectivos. Assim, o Governo tem-se mobilizado e mobilizado os seus parceiros nacionais e internacionais, no sentido de atingir os Objectivos da Declaração de Dakar e promover uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

¹ No contexto da lei da Educação de 1992, as crianças atingem a idade escolar ao completarem os 6 anos, devendo frequentar o ensino primário. Antes dessa idade, as crianças são consideradas como estando em idade pré-escolar e podem frequentar, facultativamente, as creches e jardins de infância.

1.2 O contexto sócio-económico

Moçambique situa-se a sudeste do continente africano. Tem uma superfície de 799 Milhões de km² e, em 2011, possuía uma população estimada em 23.7 milhões de habitantes, com um crescimento anual estimado em 2.8%. A taxa de fertilidade era de 5,5 crianças por mulher e a esperança de vida foi estimada em 52.8 anos (INE, 2013). Moçambique é um país jovem e a idade mediana da sua população é de 17.1 anos, sendo a taxa de prevalência do HIV de 11,5%, em 2011, (INE, 2013).

Em 2000, altura em foi adoptada a Declaração de Dakar, o país encontrava-se numa situação económica difícil. Com efeito, apesar do crescimento da economia, que rondava os 7%, o país debatia-se com um peso excessivo da dívida externa cujo serviço absorvia cerca de 30% do Orçamento corrente anual do Estado. (Ministério da Educação, 1998, pp.12). Em 1999, Moçambique tornou-se elegível para participar da iniciativa HIPC² de alívio à dívida. A participação desta iniciativa permitiu libertar fundos para os programas sociais, incluído os programas da Educação.

Ao longo destes 15 anos, a economia moçambicana tem vindo a crescer a um ritmo de 7% ao ano (Banco Mundial, 2014). A inflação, entre 2009 e 2012, variou entre os 4,4 e 2,2%, com um pico em 2010 de 16,6% (Banco de Moçambique, 2012). Apesar dos êxitos da economia, Moçambique é considerado um país de baixo rendimento, com o PIB *per capita* que ronda os \$592, em 2014, e com cerca de 60% da sua população a viver abaixo do nível de pobreza (World Bank 2014). Em 2013, Moçambique obteve a classificação de 0,393 pontos, posicionando-se em 178º no Índice de Desenvolvimento Humano, entre os 187 países avaliados, (UNDP, 2014).

² HIPC – “A Iniciativa HIPC implica uma acção coordenada por parte da comunidade financeira internacional, incluindo as instituições multilaterais, com vista a reduzir para níveis sustentáveis o peso da dívida externa dos países pobres muito endividados que seguem programas de ajustamento e reforma apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mas para quem os mecanismos tradicionais de alívio da dívida são insuficientes.”

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTDEBTDEPT/0,,contentMDK:20058108~menuPK:64166659~pagePK:64166689~piPK:64166646~theSitePK:469043,00.html> (11/12/2014)

1.3 O contexto educacional

O direito à educação em Moçambique é assegurado pelo artigo 88 da Constituição da República, que refere especificamente o seguinte:

“Artigo 88

1. Na República de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão.
2. O Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.”

Fonte: Constituição da República de Moçambique, 2004

O direito à educação está também plasmado na Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) e nos demais documentos nacionais referentes a este assunto.

O Estado assegura o direito à educação através da sua rede de instituições e tem como parceiros a sociedade civil e o sector privado, que participam activamente na provisão de serviços de educação, sobretudo nos locais e nas áreas em que a presença do Estado se faz sentir com menos intensidade.

1.3.1 O SNE

O SNE estrutura-se em Ensino Pré-Escolar que abrange as crianças dos zero aos 6 anos, o Ensino Erimário composto pelo Ensino Primário do 1º Grau (EP1) que vai da 1ª à 5ª classe, o Ensino Primário do 2º Grau (EP2) que abarca a 6ª e a 7ª classes. As crianças devem ingressar no Ensino Primário no ano em que completam os 6 anos de idade.

O Ensino Secundário Geral compreende 2 ciclos nomeadamente o 1º ciclo (ESG1) que cobre a 8ª, 9ª e 10ª classes e o 2º ciclo (ESG2) que abrange a 11ª e a 12ª classes. O Ensino Técnico e Profissional (ETP) estrutura-se em ensino Elementar, Básico e Médio que correspondem ao EP2, ES1 e ES2 respectivamente.

A formação de professores, para o Ensino Primário, compreende o nível básico e médio que significa a convivência dos cursos de 10ª classe + 1 ano de formação pedagógica e 10ª classe + 3 anos de formação pedagógica.

O Ensino secundário é leccionado por professores com a formação superior que são formados pelas universidades.

O Ensino Superior (ES) forma estudantes que concluíram o ESG2 ou equivalente e a sua duração é variável entre 4 e 5 anos para a licenciatura.

1.3.2 Situação do SNE em 2000

Em 2000, os níveis de cobertura em todos os níveis de ensino eram relativamente baixos, à excepção do Ensino primário, pois o país ainda estava a repor a rede escolar, destruída pela guerra dos 16 anos.

Entre 1997 e 2002, a taxa de analfabetismo reduziu-se, passando de 60,5%, para 53,6%. As taxas de analfabetismo mais altas verificavam-se no grupo das mulheres com 68%, que nos homens com 36,7%, em 2002. As zonas rurais, com 65,7%, apresentaram taxas de analfabetismo mais elevadas que as urbanas, com 30,3%, INE, 2002. A Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) também mantinha relativamente poucos efectivos, se comparada com o Ensino Primário.

A adopção da Declaração de Dakar veio chamar a atenção para o ensino pré-escolar, que esteve sempre menos desenvolvido que os restantes níveis, com baixas taxas de cobertura. Em 2000 o ensino pré escolar cobria apenas 25,600 das crianças de 0 a 6 anos de idade.

O Ensino Primário vem mantendo elevados índices de cobertura. Em 2000, a taxa bruta de admissão no EP1 era de 113% e a taxa bruta de escolarização chegou aos 90%. No EP2, a cobertura foi mais reduzida e no ES1 e ES2 e Ensino Técnico os número de alunos foram mais reduzidos, mostrando uma pirâmide escolar com uma base bastante ampla e com poucos alunos nos níveis mais elevados, (ver anexo 11). Esta situação é resultado de um sistema de educação ineficiente onde os níveis de reprovação e desistência eram e continuam a ser muito elevados.

O Ensino Superior estava pouco desenvolvido em 2000, com 9 instituições e apenas 10,6 mil alunos.

Desde o ano 2000 que o sector da Educação tem vindo a beneficiar da maior porção do Orçamento do Estado (OE) que se tem mantido nos cerca de 20% anuais, com um ligeiro decréscimo nos últimos anos.

Os principais desafios para o sector da Educação em Moçambique, decorrentes da adopção dos Compromissos de Dakar, situavam-se em três vertentes que foram identificadas pelo 1º Plano Estratégico da Educação (PEE I), nomeadamente a expansão do acesso, a melhoria da qualidade de ensino e o desenvolvimento institucional. O PEE I definiu a **expansão do acesso à Educação** e, em particular ao ensino Primário, como o primeiro desafio, tendo o Ensino Pré-escolar como entidade facilitadora do desenvolvimento da educação primária. O Ensino Pré-escolar seria desenvolvido com a intervenção do Estado na formação de educadores de infância, do acesso a espaços e do estabelecimento de políticas adequadas ao envolvimento da sociedade civil. O provimento do ensino pré-escolar seria maioritariamente feito pelas instituições da sociedade.

Na expansão do acesso ao Ensino Primário e dos demais níveis de ensino seria dada particular atenção aos mais desfavorecidos, às meninas e às regiões (centro e norte) com menor acesso. O PEE I reafirmou “as prioridades identificadas na Política Nacional de Educação, dando especial importância ao aumento de oportunidades básicas de educação para as crianças moçambicanas.” (PEE I, 1998, pp. 7).

O PEE I propôs “unificar, ao longo do tempo, os dois níveis da educação básica e aumentar o número de escolas que oferecem as sete classes do ensino primário”, como forma de assegurar que mais crianças tivessem acesso a um ensino primário completo. (MINED, 1998, pp. 9).

Outra prioridade do PEE I era a elevação da **qualidade de ensino**, pois esta era considerada “insatisfatória” para atender às necessidades de crescimento económico e social do país. A fraca qualidade de ensino leva à desistência e à reprovação dos alunos. Os reprovados tendem a favorecer a existência de turmas numerosas e escolas superlotadas, que acabam funcionando em regime de 3 turnos, reduzindo o tempo disponível para a aprendizagem, o que conduz o sistema a um ciclo vicioso de degradação da qualidade de ensino. A necessidade de se assegurar materiais de ensino em quantidade e qualidade também foi identificada como uma das causas da fraca qualidade de ensino, sobretudo nas escolas primárias. A formação dos professores, tanto inicial

como em exercício, constituía um desafio para o sector, uma vez que, devido á pressão existente, em todos os níveis do sistema, eram contratados muitos professores sem formação mínima exigida para exercerem a docência. Paralelamente, o currículo mostrava-se “inadequado”, tanto para o ensino primário, como para o ensino secundário.

Outros aspectos como infra-estruturas degradadas, falta de bibliotecas nas escolas secundárias aliados a equipamentos laboratoriais obsoletos contribuían para a fraca qualidade nestas escolas. O PEE I identificou, igualmente, a deficiente gestão escolar, como um factor inibidor da qualidade de ensino.

Por fim, o PEE I apontou para a problemática **dos custos e da sustentabilidade do sistema**, indicando que com o orçamento de então, tanto a expansão como a melhoria da qualidade e a sustentabilidade do sistema seriam in comportáveis, daí a necessidade de se aumentarem os apoios dos parceiros externos ao sector.

O Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006 a 2011 reafirmou o compromisso do país para com os Objectivos de Dakar, mais especificamente com a eliminação das disparidades do género no Ensino Primário e Secundário, a garantia da conclusão por todos do Ensino Primário de 7 classes e a redução da actual taxa de analfabetismo a metade, até 2015.

O Plano Estratégico 2012-2016 é mais específico relativamente ao Ensino Pré-escolar, considerando-o como um factor fundamental para melhorar “a qualidade da aprendizagem, sobretudo no ensino primário” pois, “está directamente ligada ao desenvolvimento físico e cognitivo das crianças no momento de ingresso na escola” PEE 2012-2016, pp.35. Por isso, este plano aponta para maior atenção a este subsistema de ensino. Neste contexto, em 2012, o Governo aprovou a estratégia Nacional do Desenvolvimento Integrado da Criança em idade Pré-escolar (DICIPE), que definiu as áreas de nutrição, saúde materno-infantil, HIV-SIDA, Educação pré-escolar, protecção e Acção Social como áreas de intervenção nacional a favor da criança.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que os objectivos do sector da Educação plasmados no seu primeiro plano estratégico e prosseguidos pelos planos subsequentes são consentâneos com os objectivos plasmados na Declaração de Dakar, referentes à EPT e visam promover uma educação de

qualidade para todos, que ajude os cidadãos a alcançarem a sua própria auto-suficiência.

3 PROGRESSOS EM PROL DAS METAS DE EPT

Entre os anos 2000 e 2014, o sector da Educação em Moçambique realizou importantes progressos em várias vertentes. Apesar dos esforços realizados, não foi possível alcançar todos os objectivos desejados e plasmados na Declaração de Dakar.

Todavia, pode-se com certeza afirmar que o país realizou enormes progressos em prol do cumprimento dos Objectivos de Dakar, tendo em conta os baixos níveis de cobertura de que o sistema enfermava no ano 2000. Assim, foram cimentadas as bases para o alcance da maior parte destes Objectivos, num futuro próximo.

Evolução da rede de escolas

Durante o período em análise, a rede escolar cresceu em todos os níveis de ensino, com particular destaque para o nível do ESG2, onde a rede escolar aumentou aproximadamente 15 vezes, o EP2 e as Escolas profissionais que aumentaram 10 e 9 vezes, respectivamente.

Outros níveis que conheceram crescimentos acelerados foram os do ESG1, do ETP médio e do nível superior. A Tabela 1, abaixo ilustra o crescimento da rede escolar no período em análise.

Tabela 1 - Evolução da rede escolar entre 2000 e 2014

Nível de Ensino	Escolas				Crescimento
	2000	2004	2009	2014	
Ensino Primário do 1º grau (EP1)	7 071	8 601	10 242	11 921	1,7
Ensino Primário do 2º grau (EP2)	520	1 202	2 694	5 231	10,1
Ensino Secundário Geral do 1º ciclo (ESG1)	93	225	437	626	6,7
Ensino Secundário Geral do 2º ciclo (ESG2)	20	70	161	294	14,7
Ensino Técnico - Escolas Profissionais (ETProf)	5	9	36	49	9,8
Ensino Técnico Profissional - Nível Básico (ETB)	19	28	30	27	1,4
Ensino Técnico Profissional - Nível Médio (ETM)	7	8	27	43	6,1
Ensino Superior (ES)	9	13	38	47	5,2

Fonte: Relatório de Balanço do Programa do Governo 2010-2014;
Estatísticas do MINED 2000 a 2014

Evolução dos efectivos escolares

Os efectivos escolares em todos os níveis também cresceram, com destaque para os do ESG2, que aumentaram 12 vezes, do Ensino Técnico Profissional que cresceram 14 vezes. O ES e o ESG1 cresceram 9 e 6 vezes, respectivamente.

Como se pode observar, o número de alunos cresceu rapidamente em todos os níveis. O crescimento acelerado nos níveis acima do EP1 reduziu o desequilíbrio entre os efectivos do EP1 e dos demais níveis de ensino. Reduziu-se, também a disparidade de género em todos os níveis de ensino. Os anexos 11 e 12 mostram a evolução das pirâmides escolares entre 2000 e 2014.

Tabela 2 - Evolução dos efectivos escolares a todos os níveis de ensino no período em análise (Ensino diurno, nocturno, público, comunitário e privado)

Nível de Ensino	Nº Alunos								Crescimento	
	2000		2004		2009		2014		M	HM
	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM		
EP1	986 809	2 278 087	1 441 130	3 138 005	2 044 063	4 301 824	2 326 308	4 857 259	2,4	2,1
EP2	105 254	267 013	202 952	491 373	386 491	845 917	396 912	847 835	3,8	3,2
ESG1	52 346	129 378	116 852	285 535	303 535	670 791	364 789	757 113	7,0	5,9
ESG2	7 570	19 348	17 908	45 685	59 502	141 714	110 148	229 552	14,6	11,9
ETProf	92	771	192	979	1 612	5 810	3 400	11 031	37,0	14,3
ETB	6 923	22 622	8 193	22 631	9 778	30 602	5 297	16 157	0,8	0,7
ETM	1 469	5 945	1 336	4 616	4 460	12 726	7 355	20 272	5,0	3,4
ES	2 862	10 641	7 022	22 256	30 826	81 250	51 183	125 291	17,9	11,8

Fonte: Relatório de Balanço do Programa do Governo 2010-2014;
Estatísticas da Educação, 2000-2014;

A proporção de alunos que frequenta o EP1 em relação ao total de alunos no sistema, incluindo o ES, tem vindo a reduzir com o crescimento acentuado dos efectivos escolares nos níveis do EP2, do ESG e do ES. Esta proporção baixou de 84% em 2000 para os 71% em 2014, com o conseqüente aumento da proporção de alunos que actualmente frequentam o ES.

3.1 Expansão dos cuidados da primeira infância (educação pré-escolar)

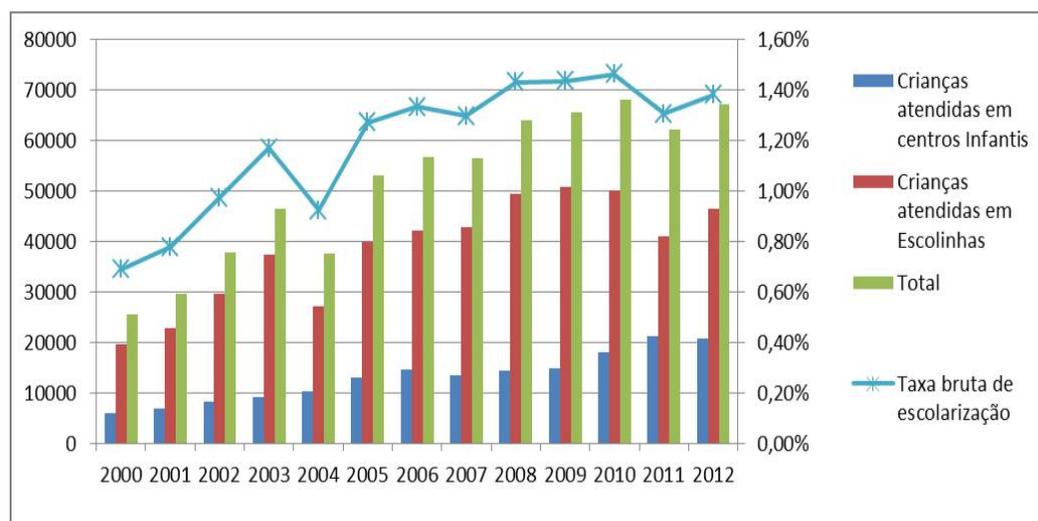
A educação pré-escolar joga um papel importante para o desenvolvimento integral da criança. Em Moçambique, a educação pré-escolar funciona em

creches e jardins infantis para as crianças com idade inferior aos 6 anos. Este nível de ensino é coordenado pelo Ministério da Mulher e Acção Social em coordenação com os Ministérios da Educação e da Saúde.

O acesso ao ensino pré escolar ainda é bastante limitado. Todavia, entre 2000 e 2012 foram criados centros infantis tanto privados, como estatais, sobretudo nas cidades, o que levou ao aumento do número de crianças que o frequentam. O número de centros infantis passou de 49 para 253 em 2012, e o número de escolinhas atingiu os 526, em 2012. O efectivo de crianças atendidas pelos centros e escolinhas, passou de cerca de 25,600, para 67 mil crianças. A taxa bruta de escolarização aumentou de 0,6% para 1,4%³, em 2012, ver Gráfico 1.

As crianças das cidades são as mais favorecidas pelo desenvolvimento do Ensino Pré-escolar, em parte, porque o desenvolvimento deste é, maioritariamente, feito à custa do investimento privado.

Gráfico 1 – Crianças atendidas em Centros infantis e Escolinhas entre 2000 e 2012



Fonte: A implementação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem Estar da Criança, 2000-2012; (Relatório Inicial Combinado Com o Primeiro, Segundo e Terceiro Relatórios Periódicos), Maputo, 2013

³ Calculado com base nos dados dos efectivos escolares do Ensino Pré-escolar publicados pelo Ministério da Mulher e Acção Social e das projecções da população com idade dos 0 aos 5 anos.

Em 2012, o Governo aprovou a Estratégia DICIPE 2012-2021, que vai actuar sobre as áreas da nutrição, saúde materno-infantil, HIV-SIDA, educação pré-escolar, protecção e acção social e que, certamente contribuirá para aumentar e melhorar o atendimento às crianças. A implementação da estratégia do DICIPE prevê expandir o acesso ao ensino pré-escolar, através de um maior envolvimento do Estado no apoio às iniciativas privadas e comunitárias e da promoção de maior acesso nas zonas rurais.

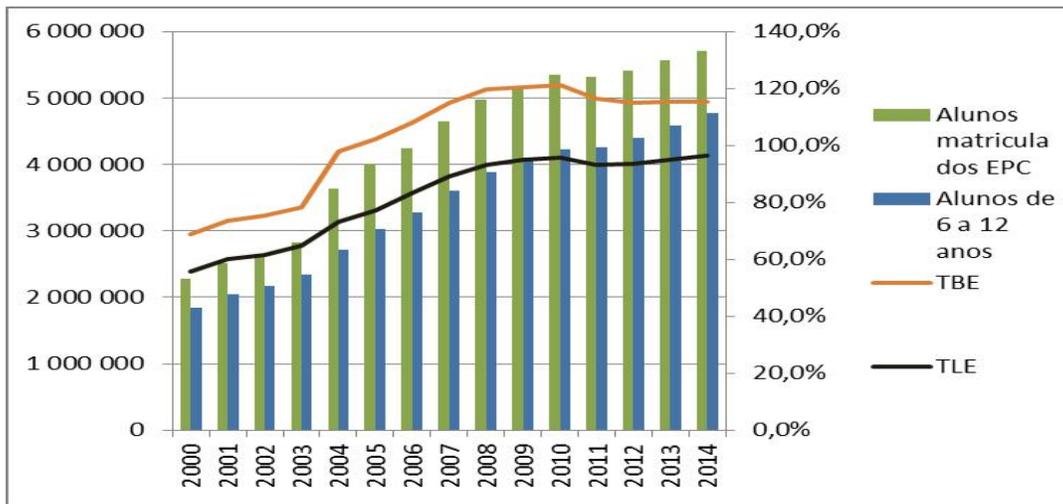
O aumento da atenção do Governo a esta área está relacionado com o reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida da criança para o seu desenvolvimento futuro, em geral e para o seu melhor desempenho desta no Ensino Primário, em particular. Contudo, os custos envolvidos para a expansão do ensino Pré-escolar têm dificultado o crescimento deste nível de ensino.

3.2 Universalização da Educação Primária (Educação Básica)

O Ensino primário em Moçambique compreende as classes da 1ª à 7ª e as crianças devem-se matricular na 1ª classe no ano em que completam os 6 anos de idade. Este subsistema de ensino está subdividido em 1º grau (EP1), que vai da 1ª à 5ª classe e o 2º grau (EP2), que cobre a 6ª e a 7ª classes.

Ao longo do período, o sector da Educação fez progressos importantes. O Ensino Primário observou um crescimento acentuado dos efectivos escolares, que passaram de 2,27 Milhões, para 5,56 Milhões. A taxa líquida de escolarização (TLE) evoluiu de 68% para chegar aos 96,3%, em 2014, e a taxa bruta de escolarização (TBA) ultrapassou largamente os 100%, como se pode observar no Gráfico 2. As taxas de escolarização estabilizaram a partir de 2008 nos 90% com uma ligeira descida entre 2010 e 2014. Contudo, os efectivos escolares neste nível mantiveram um ritmo crescente.

Gráfico 2 – Matrículas e taxas líquidas e brutas de escolarização no Ensino Primário de 7 classes entre 2000 e 2014

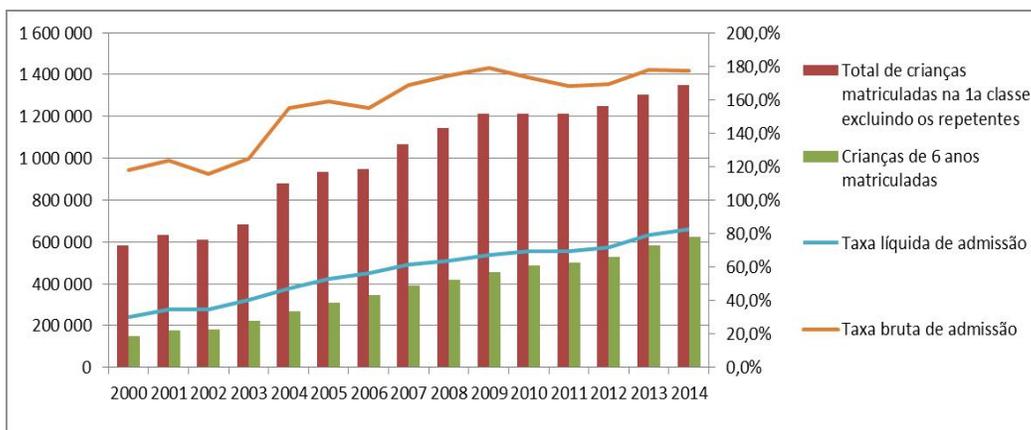


Fonte: Estatísticas MINED, 2000, 2013 (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

A taxa de admissão líquida na 1ª classe aumentou de 30%, para os 82%, entre 2000 e 2014. A taxa bruta de admissão ultrapassou largamente os 100% e como se pode ver no Gráfico 3.

Note-se que o total de alunos matriculados é duas vezes maior que o número de crianças de 6 anos, o que sugere que as crianças ainda se matriculam tarde na escola.

Gráfico 3 – Crianças matriculadas na 1a classe e taxas líquidas e brutas de admissão



Fonte: Estatísticas MINED, 2000, 2014 (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

3.3 Alcance das competências essenciais por parte dos jovens e adultos

A formação de competências essenciais para a vida é importante para assegurar que os jovens e adultos possam se integrar na vida da sociedade, assim como no mercado de trabalho. Reconhecendo este facto, o Governo introduziu várias reformas ao sistema de formação secundária e técnica, bem como a Alfabetização profissionalizante lançada em Setembro de 2011, para proporcionar aos jovens e adultos competências relevantes para a sua vida.

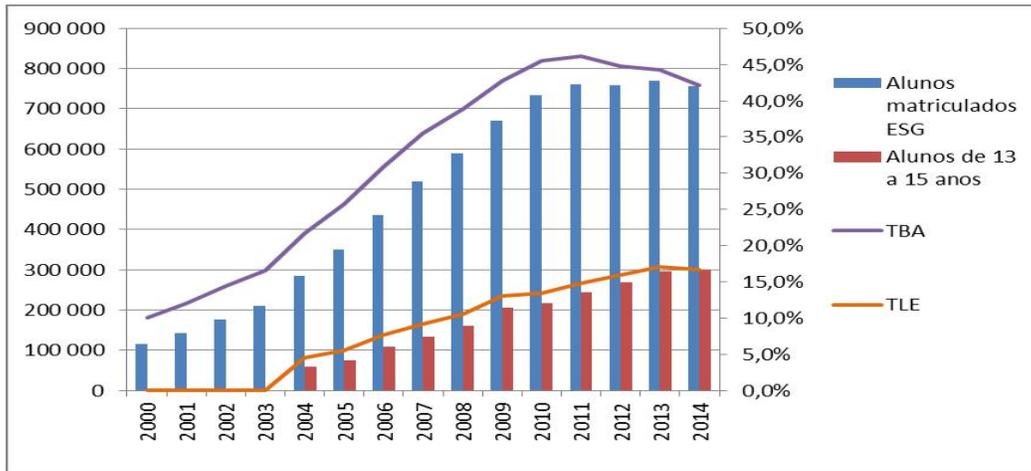
O ensino pós-primário implementou, em parte, as políticas e reformas concebidas ao longo do período para a formação de jovens e adultos.

Assim, o ESG implementou o currículo profissionalizante com a introdução de disciplinas com carácter prático. O sector acredita que a formação dos jovens e adultos através dos novos programas os tornará mais bem sucedidos, tanto na sua inserção no mercado de trabalho, como nas suas comunidades.

Neste período o ESG registou uma expansão assinalável. Com efeito, os efectivos escolares no ESG1 cresceram 6 vezes, entre 2000 e 2014, passando de 129 mil, para os 757 mil.

As taxas de brutas de escolarização no ESG1 cresceram de uma maneira constante de 10% até 46%, entre 2000 e 2011, tendo seguidamente reduzido ligeiramente, até 2014. As taxas líquidas de escolarização tem vindo a aumentar rapidamente tendo saído dos 2%, em 2000, para se situarem nos 17%, em 2014. As taxas de escolarização do ESG1 não reflectem o previsto na estratégia do ensino secundário devido à redução das previsão das taxas de graduação no Ensino Primário. O Gráfico 4 ilustra a tendências de crescimento deste nível de ensino ao longo do período em análise.

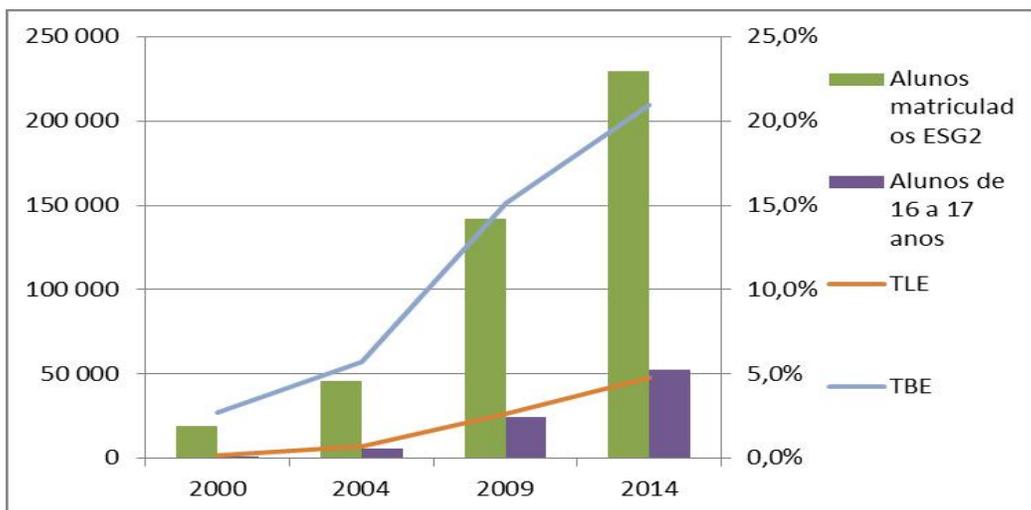
Gráfico 4 – Alunos matriculados e taxas brutas e líquidas de escolarização no ESG1 entre 2000 e 2014



Fonte: Estatísticas do MINED 2000-2014 (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

No ESG2, os efectivos aumentaram cerca de 15 vezes, de 19 mil, para os cerca de 230 mil. A taxa bruta de escolarização atingiu os 21% e a taxa líquida aproximou-se aos 5%.

Gráfico 5 - Alunos matriculados e taxas brutas e líquidas de escolarização no ESG2 entre 2000 e 2014



Fonte: Estatísticas do MINED 2000-2014 (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

O Ensino Técnico Profissional Elementar cresceu 14 vezes durante o período, tendo atingido os 11 mil alunos, enquanto o número de efectivos no Ensino Técnico Básico decresceu 0,7 vezes, atingindo os 16 mil alunos. Já o ensino Técnico Médio alcançou os 20 mil alunos, um crescimento de 3,4 vezes.

O número de alunos no ES cresceu 11,8 vezes, enquanto o número de instituições neste nível aumentou 5 vezes.

Ensino à distância

Entre 2000 e 2014, foi introduzido o Programa de Ensino Secundário à Distância (PESD) para o 1º ciclo do ESG, que permitiu aumentar o acesso a este nível de ensino. O PESD cresceu de forma rápida nos últimos anos, tendo passado de 3.024 alunos em 2009, para 28.168 alunos em 2014. Cresceu também o número de Centros de Acompanhamento dos Alunos (CAA) de 91 em 2009, para 283, em 2014. Porém, somente 4% dos alunos do ESG1 frequentam o PESD quando a meta do PEE 2012-2016 era que 10% dos alunos do ESG frequentassem este programa.

3.4 Incremento da Alfabetização de Adultos

A alfabetização é considerada um factor importante na estratégia do Governo de combate a pobreza. A estratégia da AEA prevê a realização de acções integradas e coordenadas entre as instituições do Estado e da sociedade civil no sentido de combater o analfabetismo, que incluem a expansão dos programas de alfabetização e de habilidades para a vida para os adultos e jovens e a universalização da educação básica. O objectivo do governo nesta área, entre 2000 e 2015, era de reduzir as taxas de analfabetismo de 60%, para os 30%, como indicam o PARPA 2001-2005 e a Estratégia de AEA 2011.

O censo de 1997 registou a taxa da população com 15 anos e mais que sabia ler era de 40%. Em 2003, o Inquérito Demográfico de Saúde (IDS), conduzido pelo INE, mostrou que a taxa de população alfabetizada era de 37,5% para as mulheres e 67% para os homens com disparidades importantes entre as províncias, onde a província de Cabo Delgado tinha a taxa mais baixa para as mulheres e para os homens (15,5% e 53,3%, respectivamente), e a cidade de Maputo com 82% e 96%, teve as taxas mais elevadas respectivamente para as

mulheres e para os homens. A situação global melhorou em 2011, pois o IDS desse ano registou uma taxa média nacional de população alfabetizada de 40,2% para mulheres e 67,8% para os homens. No que concerne às províncias as posições mantiveram-se com Cabo Delgado com taxas de alfabetizados mais baixas para homens e mulheres o mesmo acontecendo com a cidade de Maputo, para as taxas mais elevadas para ambos sexos, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de alfabetizados por provincial entre 2000 e 2011

Províncias	2000*		2003**		2011***	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Niassa	17,8%	48,1%	16,6%	55,0%	31,1%	65,8%
C. Delgado	15,5%	39,0%	15,5%	53,3%	25,0%	45,3%
Nampula	15,5%	45,7%	24,1%	56,5%	28,2%	66,4%
Zambézia	18,0%	40,6%	19,9%	55,4%	24,6%	68,4%
Tete	22,6%	55,9%	27,1%	57,4%	23,8%	60,9%
Manica	25,3%	68,8%	39,9%	88,7%	49,4%	80,5%
Sofala	25,3%	68,8%	33,7%	80,3%	39,6%	78,1%
Inhambane	36,8%	70,4%	54,1%	71,8%	51,7%	83,8%
Gaza	43,9%	66,4%	55,3%	62,0%	55,8%	66,9%
Maputo	54,4%	80,4%	70,3%	91,5%	76,8%	84,9%
Maputo C.	73,7%	87,1%	82,0%	96,1%	85,7%	93,5%
Total			37,5%	67,0%	40,2%	67,8%

Fonte: * INE, O Perfil de Desenvolvimento Humano em Moçambique, 1997 – 2011; Maputo, 2012;

** INE, Inquérito Demográfico de Saúde 2003; Maputo, 2006;

*** INE, Inquérito Demográfico de Saúde 2011, Maputo, 2013;

Resultados alcançados pelo programa

Ao longo do período de implementação da estratégia foram implementados vários programas, nomeadamente o *Alfa Regular*, o *Alfa Rádio*, o *Alfa funcional*, o *Alfalit*, o *Família Sem Analfabetismo*, o *Reflect*, e o *Alfa* em línguas locais, envolvendo diferentes provedores.

Em consequência, estima-se que, no período de 2010-2014, cerca de 4 milhões de pessoas tenham participado destes programas, o que aproxima aos resultados programados pela Estratégia.

O sector da educação tem vindo a adquirir, anualmente, materiais para os programas de AEA, contratado e assegurado o pagamento de cerca 21 mil alfabetizadores com fundos internos e externos. O relatório de Balanço do

Programa do Governo 2010-2014 refere que, nos últimos anos “houve incremento no investimento da compra dos livros (cerca de 2 milhões de livros) para os alfabetizandos, bem como manuais (30 mil) para os alfabetizadores.”, pp. 47. Paralelamente, o sector criou 5 Institutos de Formação de Educadores de Adultos (IFEAs) um dos quais está a implementar um novo currículo para a formação de Educadores de Adultos e capacitação de Alfabetizadores.

Foram igualmente capacitados todos os formadores dos IFEA's e alguns dos IFP's no novo paradigma de capacitação de alfabetizadores, visando uma uniformização e melhoria da qualidade de formação dos alfabetizadores.

Desafios da AEA

O subsistema de Educação de Adultos enfrenta desafios, entre os quais se destacam, a dificuldade de retenção dos alfabetizandos nos programas de AEA, sobretudo no meio rural, devido aos elevados índices de pobreza que levam ao aumento das desistências, sobretudo de mulheres.

O Balanço do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 estima que a despesa na área de AEA corresponda a apenas cerca de 1% do orçamento do sector. Os subsídios para os alfabetizadores (650 Meticais por mês) são pouco motivadores para os alfabetizadores. Em 2013, não foi possível recrutar todos os 21 mil alfabetizadores previstos e o orçamento para o seu pagamento foi executado em, apenas, 82%.

Os progressos na área de AEA são lentos a notar pelas taxas de alfabetizados, mesmo apesar do número elevado de alfabetizandos envolvidos nos programas.

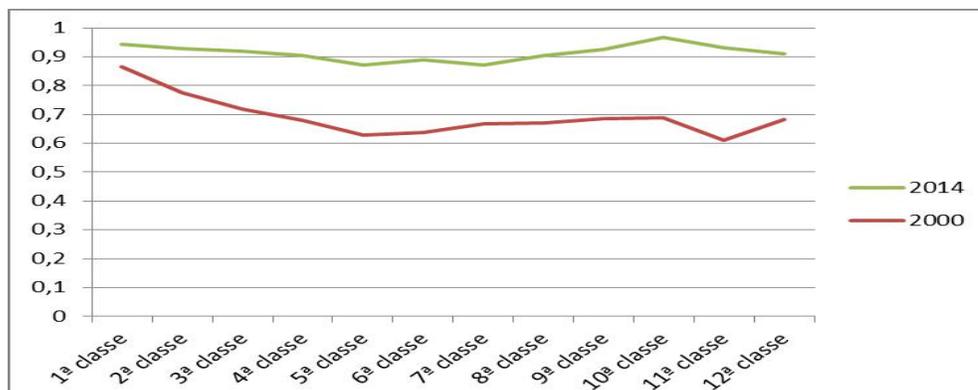
Com o nível de progressos alcançados nos programas de alfabetização e no Ensino Primário será pouco provável que o sector consiga reduzir a taxa de analfabetismo para 30%, como previsto nos programas nacionais.

3.5 Paridade de género e igualdade na educação

A paridade de género na educação constitui uma das áreas de maior progresso alcançado pelo sector. Com efeito, em todas as classes do Ensino Geral nota-se uma evolução positiva da paridade de participação de rapazes e raparigas, que se aproxima aos 0.9, com pequenas oscilações. Como se pode observar

no Gráfico 6 abaixo, a paridade aumentou substancialmente entre 2000 e 2014, onde em todas as classes, esta aproxima-se de 1.

Gráfico 6 – Paridade de género por classe entre 2000 e 2014



Fonte: estatísticas MINED, 2000 e 2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

O índice de paridade de género apresenta variações entre as províncias. De uma maneira geral, no ensino pós primário, este índice foi sempre maior para as províncias do Sul que para as províncias do Centro e Norte do país. Em 2014, as províncias do Sul do país, nomeadamente Maputo Província e Cidade, Gaza e Inhambane tiveram índices de paridade do género superiores a 0,96 no EP1, mas no EP2 e ESG estes ultrapassam a unidade evidenciando uma disparidade a favor das meninas, possivelmente associada à migração de jovens para trabalhar na África do Sul. As províncias mais desfavorecidas em termos de paridade de género no ESG, são as da Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Manica, como se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Índice de paridade de género entre as províncias e por nível de ensino entre 2000 e 2014

Províncias	EP1		EP2		ESG1		ESG2	
	2000	2014	2000	2014	2000	2014	2000	2014
Niassa	0,67	0,94	0,57	0,83	0,48	0,74	0,48	0,72
Cabo Delgado	0,70	0,91	0,49	0,82	0,40	0,79	0,41	0,79
Nampula	0,73	0,91	0,43	0,81	0,37	0,77	0,38	0,73
Zambézia	0,68	0,89	0,42	0,72	0,53	0,66	0,50	0,66
Tete	0,68	0,95	0,42	0,82	0,59	0,81	0,57	0,82
Manica	0,98	0,91	0,46	0,82	1,05	0,80	0,98	0,73
Sofala	0,75	0,88	0,53	0,80	0,48	0,86	0,48	0,85
Inhambane	0,90	0,97	0,78	1,05	0,41	1,17	0,57	1,22
Gaza	0,94	0,98	0,90	1,10	0,74	1,34	0,64	1,31
Maputo P	0,67	0,97	0,40	1,10	0,41	1,31	0,52	1,50
Maputo C	0,97	0,98	0,91	1,08	0,87	1,32	0,53	1,41

Fonte: Estatísticas do MINED, 2000, 2014 (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

O efectivo de mulheres frequentando o ES aumentou 18% no período o que permitiu reduzir o fosso de género neste subsistema de ensino de 0,4, em 2000, para 0,7, em 2014.

A nível da Alfabetização, as disparidades ainda são visíveis, como já se mencionou anteriormente. As províncias do Sul têm maiores índices de alfabetização de mulheres que as do Centro e Norte.

3.6 Qualidade de educação

Actualmente, a qualidade de ensino em Moçambique é reconhecidamente um dos maiores desafios do sistema de educação. Com efeito, o sistema de educação tem funcionado com inputs insuficientes, com altos rácios alunos professor e alunos por turma, com professores insuficientemente preparados para a docência e instalações pouco adequadas para o funcionamento.

Como resultado, o sistema tem sido pouco eficiente, apresentando elevadas taxas de reprovação e de desistência. Muitos alunos não concluem o ensino primário e os que o concluem fazem-no muito depois de completarem os 12 anos. A reprovação leva a uma elevada distorção idade/classe em todos níveis, que vai aumentando nas classes mais elevadas.

3.6.1 Ensino Primário – Funcionamento e resultados⁴

Inputs para a qualidade de ensino

O sector da educação em Moçambique tem procurado melhorar a qualidade de ensino através da melhoria dos insumos à escola. A colocação de professores formados em quantidade suficientes nas escolas constitui um dos pilares dos esforços para melhorar a qualidade de ensino no sistema. Apesar do crescimento do número de alunos ocorrido ao longo do período em análise, o ensino primário conseguiu reduzir os rácios alunos/professor.

Nos níveis do EP1 e EP2 o comportamento do rácio médio alunos professor foi similar, tendo primeiro aumentado até os anos 2006, de 64, para 76, no EP1 e de 35, para 40, no EP2 e seguidamente reduziu-se para atingir aproximadamente os mesmos valores de 2000, em 2014 .

No EP, o número de alunos por turma manteve o mesmo comportamento, aumentando de 46, para 51 alunos em 2011, tendo seguidamente reduzido para 50, em 2014, no EP1, e de 48, para 53 alunos por turma em 2007, com uma redução para 45 em 2014, no EP2.

No ESG 1 e ESG2, o comportamento destes rácios foi similar. Nos dois níveis, a relação alunos professor foi de 25 e 20, em 2000 no ESG1 e ESG2, em 2000, tendo crescido para 76 e 67 respectivamente no ESG1 e ESG2, em 2006, para depois reduzir até 55 e 47 alunos por professor nos dois níveis.

A relação alunos turma aumentou de 47 e 41, respectivamente no ESG1 e ESG2, em 2000, para os 63 e 57 alunos por turma, entre 2009 e 2010, para depois reduzir para os 56 e 52 alunos turma, em 2014, nos dois níveis respectivamente.

A formação do professor é essencial para uma boa qualidade de ensino na escola. O sector da Educação introduziu os cursos de 10^a + 1 para reduzir a proporção de professores não formados no EP o que teve resultados positivos. Ao mesmo tempo, vem aumentando a proporção de professores com formação superior no Ensino primário público. No EP1, a proporção destes professores aumentou para 1,5% a nível nacional, a maioria dos quais se encontra na cidade e província de Maputo (20% do total de professores com este nível de

⁴ Os dados estatísticos são referentes aos cursos diurno e nocturno e incluem o ensino público, comunitário e privado.

formação) e Sofala (2,5%). No EP2, a proporção de professores com o nível superior passou de 1% para 8% a nível nacional, com a cidade, a província de Maputo e a província de Sofala com as maiores proporções de professores com este nível de formação, como se pode observar pela Tabela 5, abaixo.

Tabela 5 - Proporção de professores licenciados e bacharéis nas escolas públicas nos diferentes níveis do ensino Geral entre 2004 e 2014

Província	Proporção de professores Bachareis e Licenciados EP1 e EP2			
	2004		2014	
	EP1	EP2	EP1	EP2
Cabo Delgado	0,0%	0,2%	0,1%	0,9%
Maputo cidade	0,7%	6,1%	12,2%	33,4%
Gaza	0,0%	0,0%	1,1%	6,2%
Inhambane	0,0%	0,3%	0,7%	4,9%
Maputo província	0,2%	2,0%	7,8%	22,4%
Sofala	0,0%	0,3%	2,5%	13,0%
Tete	0,0%	0,1%	0,1%	1,4%
Manica	0,0%	0,0%	0,5%	5,2%
Zambézia	0,0%	0,4%	0,5%	3,4%
Nampula	0,0%	0,4%	0,9%	6,8%
Niassa	0,0%	0,2%	0,4%	7,4%
Média Nacional	0,1%	0,9%	1,5%	8,2%

Fonte: Estatísticas do MINED, 2000, 2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

Para melhorar a qualidade de ensino o sector tem vindo a distribuir gratuitamente o livro escolar no Ensino Primário, num programa anterior ao ano 2000 e que continua até a actualidade. No 1º ciclo do EP, o sector distribui dois livros por aluno, por ano (Português e Matemática) e nas classes do 2º e 3º ciclo os livros são distribuídos a uma razão de um livro de cada disciplina para cada 3 anos.

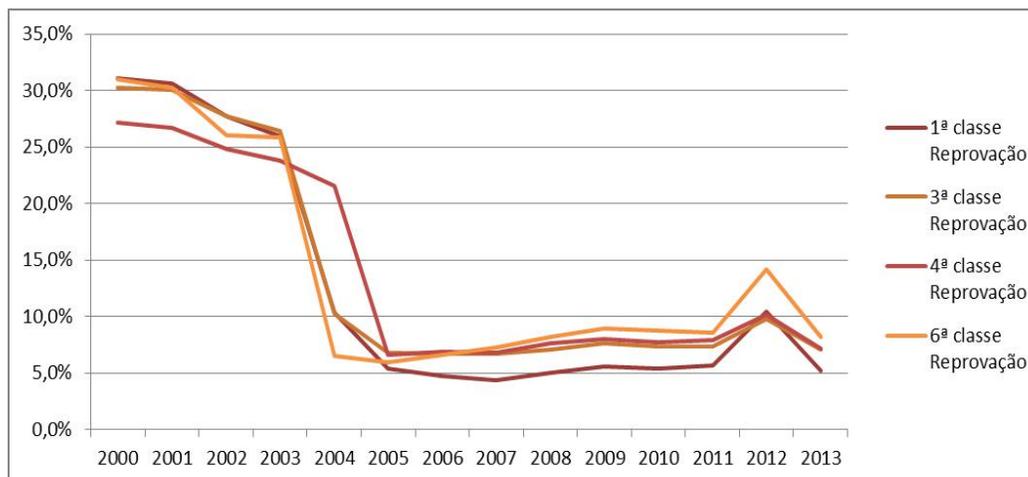
Finalmente, a atribuição do Apoio Directo às Escolas primárias é um dos incentivos para que estas possam aplicar medidas de melhoria da qualidade de ensino, apoiando-se em fundos próprios.

Melhoria da eficiência interna e resultados no Ensino Primário

Redução da Reprovação

As taxas de reprovação são elevadas em todas as classes, mas têm vindo a decrescer ao longo dos anos como se pode ver dos gráficos abaixo. A introdução do novo currículo e a avaliação por ciclos de aprendizagem levou à redução das taxas de reprovação entre os ciclos (1ª, 3ª, 4ª e 6ª classes), a partir de 2004. De notar que, até 2004, as taxas de reprovação nestas classes atingiam os 30%, mas a partir desse ano, estas taxas ficaram abaixo dos 10%, com excepção do ano de 2012, em que houve taxas de reprovação acima dos 10%, como se pode observar do Gráfico 7.

Gráfico 7 - Taxas de reprovação na 1ª, 3ª, 4ª, e 6ª classes entre 2000 e 2013



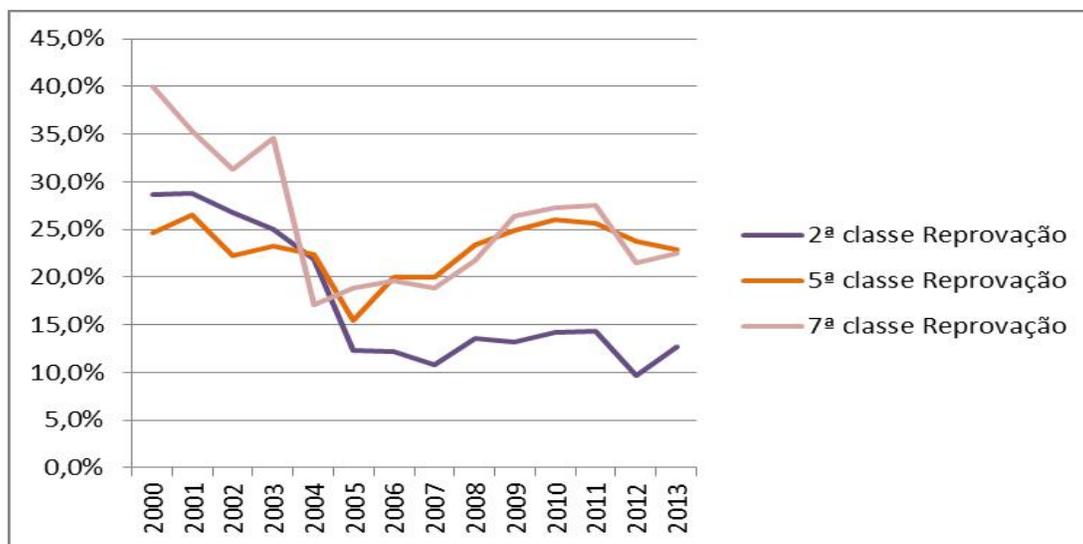
Fonte: Estatísticas MINED, 2000, 2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

As taxas de reprovação, nas classes finais de cada ciclo (2ª, 5ª e 7ª classes) mantêm-se elevadas, como se verifica no Gráfico 8. As taxas de reprovação na 5ª e 7ª classes apresentam um comportamento muito parecido. Primeiro decrescem até menos de 20% e a partir de 2007, superaram os 20%, subindo até os 25%, onde estacionaram entre 2009 e 2011. Na 2ª classe, as taxas de reprovação decrescem rapidamente, entre 2000 e 2005 e depois mantêm-se entre os 10 e os 15%.

Como se pode observar, nas classes finais de cada ciclo, as taxas de reprovação são muito elevadas. O destaque vai para a 5ª e a 7ª classes que

ainda têm exames finais e, por isso, as taxas de reprovação são ainda mais altas.

Gráfico 8 - Taxas de reprovação na 2ª, 5ª, 7ª classes entre 2000 e 2013



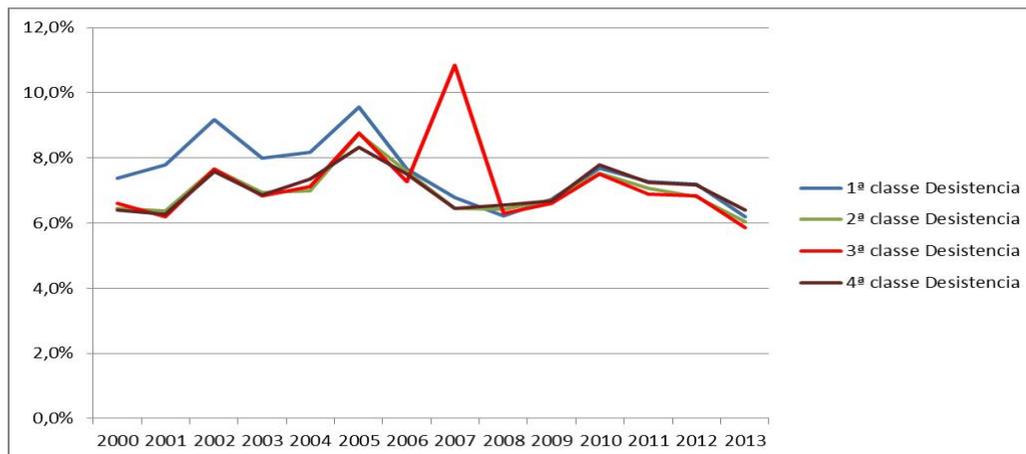
Fonte: Estatísticas MINED, 2000, 2014, (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

Redução da Desistência

De uma maneira geral, as taxas de desistência reduziram em todas as classes intermédias dos ciclos, à exceção da 6ª classe onde aumentam ligeiramente ao longo do período.

As taxas de desistência têm um comportamento similar nas primeiras 4 classes do Ensino primário situando-se no intervalo entre os 6% e 11% ao longo do período. Na 3ª classe, verifica-se um pico da desistência em 2007, onde esta taxa atingiu os 10,9%, ver Gráfico 9.

Gráfico 9 – Taxas de desistência nas 1a, 2a, 3a e 4a classes no período entre 2000 e 2013

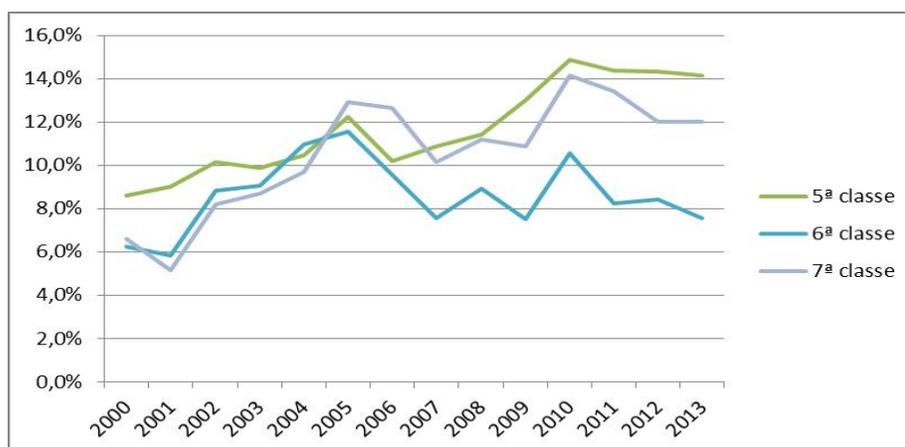


Fonte: Estatísticas MINED, 2000, 2014, (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

As taxas de desistência para a 5ª e 7ª classe aumentaram ao longo do período. Estas cresceram até 2005 e depois sofreram uma pequena redução, voltando a crescer a partir de 2007. A partir de 2009, elas ultrapassam os 12%, mantendo-se acima deste valor até 2013.

Na 6ª classe as taxas de desistência crescem até 2005 ultrapassando os 11%. Entre 2006 e 2013 oscilam entre os 7 e os 10% ver Gráfico 10.

Gráfico 10 – Taxas de desistência nas 5ª, 6ª e 7ª classes entre 2000 e 2013



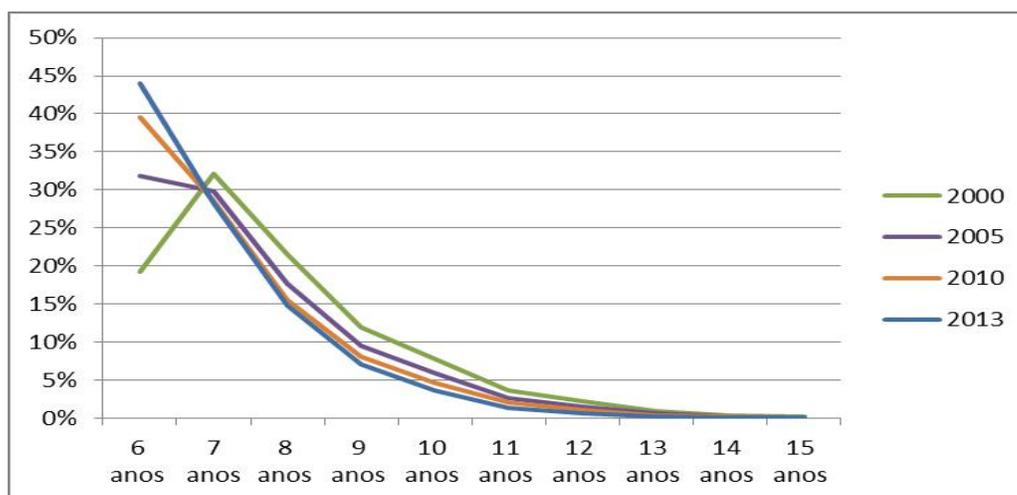
Fonte: Estatísticas da Educação, 2000-2014 (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

Redução da distorção idade-classe

Como resultado das altas taxas de reprovação, a distorção idade-classe ainda se mantém elevada, mas com tendência a decrescer. Entre 2004 e 2014, melhorou a taxa líquida de escolarização por classe. Todavia, esta taxa ainda se mantém baixa apesar dos progressos alcançados nas taxas líquidas do ensino primário como um todo.

A 1ª classe mantém a maior proporção de alunos frequentando a classe certa na idade certa. Nota-se que, entre 2004 e 2006, a proporção de alunos com idade de 6 anos na 1ª classe, aumentou 8% o que pode denotar que as campanhas de informação para que os pais matriculassem os seus filhos na 1ª classe aos 6 anos, podem ter contribuído para os resultados positivos. Pode-se verificar que, a partir de 2006 a proporção de alunos com idade certa na 1ª classe cresce a ritmos menos acelerados. A proporção de alunos com idade certa na 1ª classe atingiu os 44% em 2014. Na 7ª classe essa proporção foi de 19% no mesmo ano, mostrando que a maioria dos alunos da 7ª classe têm mais de 12 anos.

Gráfico 11 Proporção de crianças com idade certa frequentando a classe certa entre 2004 e 2014



Fonte: Estatísticas MINED (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

A conclusão do Ensino Primário

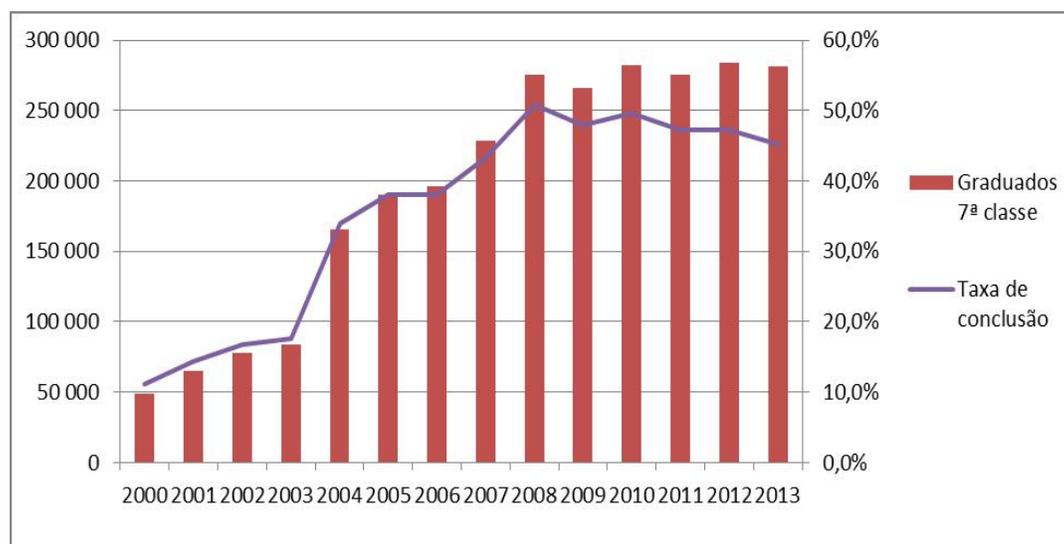
As taxas de conclusão do ensino primário mostram uma evolução positiva desde 2000 (11%) até 2008, quando atingiram o pico de 50,8%. A partir desse

ano estas taxas decrescem ligeiramente até 45,3%, em 2013, isto porque, embora o número de graduados da 7ª classe tenha aumentado, o seu crescimento não foi suficientemente elevado para superar o crescimento do número de crianças com 12 anos.

Tudo aponta para o aumento das taxas de reprovação e de desistência, sobretudo na 7ª classe, como as principais responsáveis pelo decréscimo da taxa de conclusão nos últimos anos.

O Gráfico 12 mostra a evolução do número de graduados e das taxas de conclusão do EP de 7 classes, assim como o número de alunos aprovados entre 2000 a 2013.

Gráfico 12 – Número de graduados e taxa de conclusão da 7ª classe entre 2000 e 2013



Fonte: Estatísticas do MINED 2000-2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

Aprendizagem nas primeiras classes do ensino Primário

A aprendizagem da leitura, escrita e aritmética básica é fundamental nas primeiras classes, para que o aluno possa continuar a aprender ao longo dos anos seguintes da sua escolaridade. Assim, nos últimos anos o sector tem procurado monitorar a aprendizagem no sentido de melhorar os resultados para as classes seguintes. Moçambique participa nas avaliações regionais de

qualidade (SACMEQ⁵) e tem realizado nos últimos anos avaliações internas de qualidade da educação.

O relatório de Balanço do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 refere que as avaliações realizadas revelam que a maioria dos alunos moçambicanos do EP apresentam dificuldades de leitura e escrita e aritmética básica.

O Relatório da Avaliação Nacional da 3ª classe, realizado em 2014, indica que, “somente 1 em cada 16 alunos é capaz de ler fases simples e inferir sobre informações num texto” o que significa que apenas 6% dos alunos desta classe atingem um nível de leitura exigido ao fim do primeiro ciclo⁶.

Isto acontece apesar dos resultados do aproveitamento pedagógico, em geral, apresentarem sinais positivos de crescimento em quase todos os anos e em quase todas as classes do EP à exceção da 7ª classe, onde, nos últimos anos, as taxas de aproveitamento apresentam ligeiras descidas, como mostra o anexo 7.

Média de anos de escolaridade

Apesar dos esforços feitos pelo país, os níveis de escolaridade ainda continuam baixos a julgar pelos Inquéritos realizados pelo INE, entre 2003 e 2011.

⁵ SACMEQ – Southern and Eastern Africa Consortium for Monitoring Education Quality (Consórcio da África Austral e Oriental para a Monitoria da Qualidade de Educação) é um consórcio formado por xx países que realizam avaliações sistemáticas da qualidade de ensino nos seus países.

⁶ Ministério da Educação, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), Relatório Avaliação Nacional da 3ª classe, Maputo, 2014, pp.3

Como se pode notar da Tabela 6 entre 2000 e 2011, o país não progrediu em termos de média de anos de escolaridade da população. Assim, a média de anos passou de 3,5 para 2,5. Contudo, em termos de género a situação melhorou ligeiramente, tendo a média de anos de escolaridade das mulheres passado de 1 ano para 1,2 anos, muito embora o fosso de anos entre o sexo masculino e feminino ainda se mantenha elevado. Esta situação não contribui para que o país possa, no curto prazo, aumentar de maneira acentuada as taxas de população alfabetizada em geral e das mulheres em particular.

Tabela 6- Média de anos de escolaridade por provincial entre 2000 e 2011.

Provincias	2003**		2011***	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Niassa	0,0	2,8	0	1,5
C. Delgado	0,0	2,5	0	1,2
Nampula	0,0	2,5	0,9	2,7
Zambézia	0,0	2,3	0,4	2,2
Tete	0,0	2,8	0	1,3
Manica	0,9	4,5	2,6	4,3
Sofala	0,0	4,4	1,3	3,5
Inhambane	2,1	3,5	1,7	3
Gaza	2,6	3	2	2,5
Maputo	4,1	5,6	4,3	5
Maputo C.	5,4	5,8	5,5	6,4
Total	1,0	3,5	1,2	2,8

Fonte: ** INE, Inquérito Demográfico de Saúde 2003;, Maputo, 2006;

*** INE, Inquérito Demográfico de Saúde 2011, Maputo, 2013;

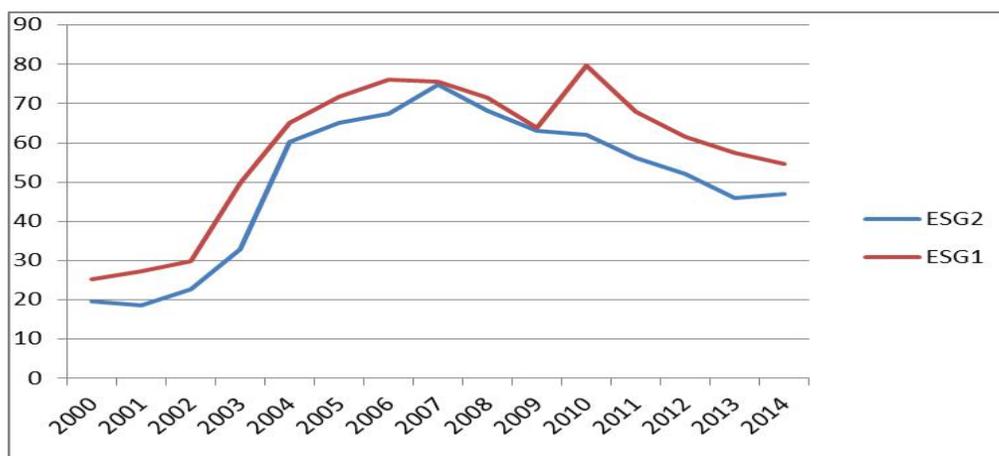
3.6.2 O Ensino Pós-primário - Funcionamento e resultados Condições de ensino nas escolas

O crescimento vertiginoso do ensino secundário nem sempre tem sido feito observando as normas para o seu funcionamento. Assim, o sector debate-se com problemas de falta de salas de aulas, salas mobiliário escolar (carteiras e cadeiras), falta de professores formados e materiais de ensino adequados para o funcionamento do Ensino Secundário e Técnico. A expansão do ESG também é feita à custa da usurpação de espaços do Ensino Primário movimentando-o para condições extremas.

Rácio alunos-professor

O rácio alunos-professor no Ensino Geral cresce em ambos níveis até 2006/2007, quando atingiu os 76 e 75 alunos por turma respectivamente no ESG1 e ESG2. A partir desse momento, este rácio reduz-se de maneira constante no ESG2, mas tem um comportamento misto no ESG1, chegando a atingir 45 alunos por professor em 2014, como se pode observar no Gráfico 13, abaixo.

Gráfico 13 – Rácio Alunos professor, entre 2000 e 2014, no ESG1 e ESG2

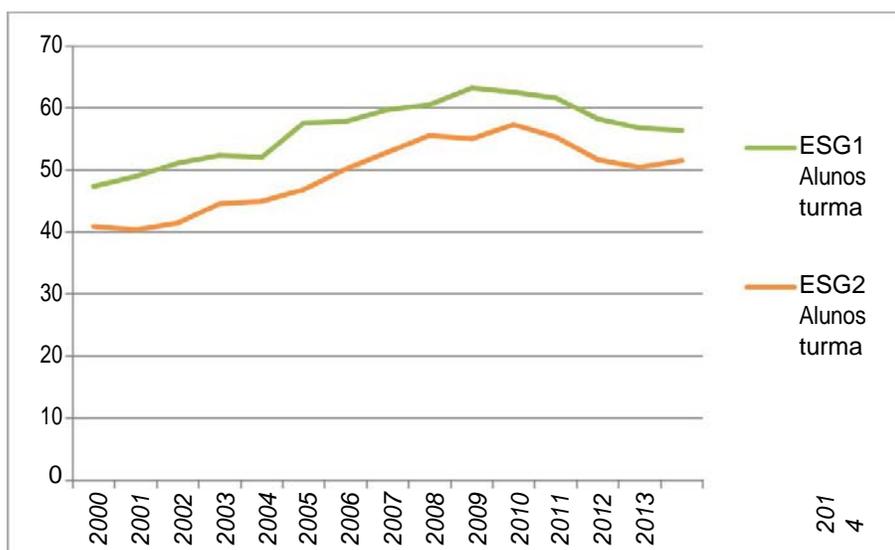


Fonte: Estatística do MINED 2000-2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

Rácio alunos turma

O rácio alunos-turma no Ensino Secundário aumenta entre 2000 e 2009 no ESG1, chegando aos 63 alunos e depois reduz-se, para se fixar em 56, em 2014. O comportamento deste rácio no ESG2 é similar, com o pico de alunos por turma a acontecer em 2010 (57 alunos por turma) e depois a reduzir para os 52, em 2014. De notar que, em 2000, estes rácios estavam abaixo dos 50 alunos por turma nos dois níveis.

Gráfico 14 – Rácio Alunos turma, entre 2000 e 2014, no ESG1 e ESG2



Fonte: Estatística do MINED 2000-2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

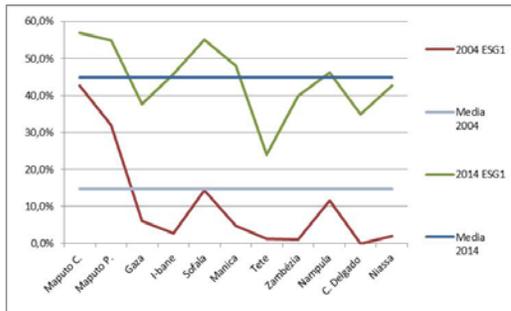
Professores por nível de formação

A distribuição dos professores, tanto em quantidade, como em formação não é igual entre as províncias. Os rácios alunos-turma e alunos-professor são mais elevados nas províncias centrais e nortenhas do país, sendo também nessas províncias que se encontram menos professores com os níveis de formação exigidos para leccionarem o ESG.

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos professores licenciados por província entre 2004 e 2014. Estes indicam que a média de professores licenciados e bacharéis aumentou nos dois níveis. No ESG1 esta média passou de 15 para 45% e, no ESG2, saiu de 56, para 81%. As províncias com menos professores com o nível superior em 2014 são as de Tete, no ESG1, e Gaza, no ESG2.

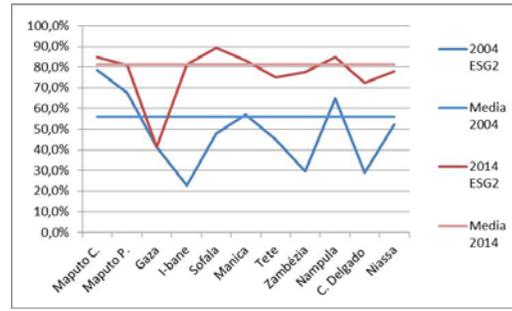
Gráfico 15 – Evolução dos professores Gráfico 16 - Evolução dos professores

com o nível superior no ESG1, entre 2004 e 2014



Fonte: Estatística do MINED 2004-2014 (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

com o nível superior entre 2004 e 2014 no ESG2



Fonte: Estatística do MINED 2004-2014 (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

Livro escolar

Como o ESG e o ensino técnico básico e médio não são gratuitos, o MINED não distribui livros escolares gratuitos nestes níveis de ensino. Assim, os alunos devem comprar os seus livros e outros materiais o que nem sempre é possível, dadas as dificuldades financeiras da maioria. Muitas das escolas secundárias foram anteriormente primárias e, nem sempre possuem bibliotecas e quando as têm, estão mal apetrechadas de livros e outros materiais de ensino. Em geral, estas escolas também não dispõem de outras instalações especializadas para aulas de ciências e práticas diversas. Isto leva a que os alunos não tenham muitas opções de estudo fora das aulas, o que pode contribuir para a deterioração da qualidade.

Redução da Reprovação e Desistência

O ensino Secundário e Técnico funcionam com uma baixa eficiência, sobretudo nas classes terminais de cada ciclo (10^a e 12^a classes), onde as taxas de reprovação têm sido mais acentuadas. No ESG1, embora as taxas de reprovação sejam elevadas, mostraram uma tendência para decrescer ao longo do período em análise. Todavia, estas taxas já ultrapassaram os 50% na 10^a classe em 2000, mas com tendência a decrescer ao longo do tempo. Em 2013, a taxa de reprovação na 10^a classe foi de 36,2%. As taxas de desistência não mostram nenhuma tendência ao longo do tempo, mas são mais elevadas

na 10ª classe, chegando a atingir os 11%. A Tabela 7 mostra a evolução das taxas nas respectivas classes, ao longo do período.

Tabela 7 – Taxas de reprovação e desistência no ESG1 entre 2000 e 2013

Anos	8ª classe		9ª classe		10ª classe	
	Taxa de reprovação	Taxa de desistência	Taxa de reprovação	Taxa de desistência	Taxa de reprovação	Taxa de desistência
2000	35,40%	2,40%	29,60%	2,20%	51,10%	6,20%
2004	29,70%	9,00%	27,40%	6,90%	45,60%	9,80%
2009	22,70%	7,30%	22,60%	4,70%	37,00%	7,10%
2013	22,70%	9,20%	21,80%	7,20%	36,20%	11,00%

Fonte: Estatísticas do Ministério da Educação (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

No ESG2 as taxas de reprovação são particularmente altas, sobretudo na 12ª classe. Contudo, têm vindo a reduzir-se ao longo do tempo, situando-se em 32% em 2013.. Na 11ª classe as taxas de reprovação variaram entre 19% em 2004 e os 17% em 2013 e, embora ainda se mantenham elevadas, são inferiores às da 12ª classe.

As taxas de desistência apresentam um comportamento ambíguo em ambas classes, não mostrando nenhuma tendência ao longo do período. Em 2013 estas taxas foram elevadas nas duas classes, situando-se próximo aos 7%.

Tabela 8 – taxas de reprovação e desistência no ESG2 entre 2004 e 2013

Anos	11ª classe		12ª classe	
	Taxa de reprovação	Taxa de desistência	Taxa de reprovação	Taxa de desistência
2000 ^{a)}	15,50%	3,00%	49,90%	-0,50%
2004	19,40%	6,10%	52,20%	7,40%
2009	15,10%	5,30%	41,50%	1,00%
2013	17,30%	7,10%	32,00%	6,80%

^{a)} –Curso diurno

Fonte: Estatísticas do Ministério da Educação, (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

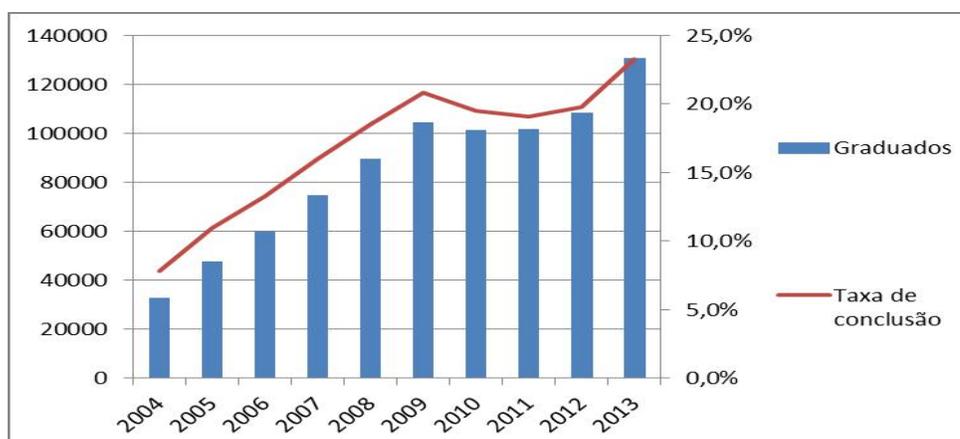
No Ensino Técnico Básico as taxas de reprovação variam entre os 30, e os 40% e as taxas de desistência atingem os 16%, em 2013.

A proporção de aprovados na 12ª classe, em 2013, não atingiu os 50% dos alunos que chegaram ao fim do ano.

Taxas de Conclusão

O número de graduados no ESG1 cresceu cerca de 4 vezes, entre 2004 e 2013 (130 mil alunos em 2014) e as taxas de graduação aumentaram de 8%, para 23%, no período. O Gráfico 17 mostra a evolução dos alunos que concluíram a 10ª classe, bem como a taxa de conclusão deste nível de ensino.

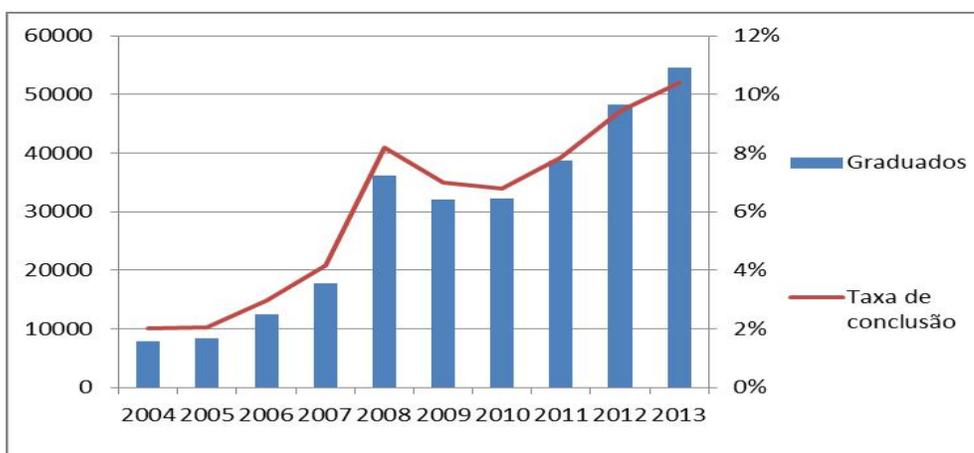
Gráfico 17 – Graduados da 10ª classe e taxas de conclusão entre 2004 e 2013



Fonte: Estatísticas do MINED 2004-2014, (curso diurno e noturno, ensino público, comunitário e privado)

No ESG2 a situação não é muito diferente tendo o número de graduados crescido, entre 2004 e 2013, para os 54 mil. A taxa de graduação aumentou de 2%, para 10% ao longo deste período.

Gráfico 18- Graduados da 12^a classe e taxas de conclusão entre 2004 e 2013



Fonte: Estatísticas do MINED 2004-2014, (curso diurno e nocturno, ensino público, comunitário e privado)

O crescimento do número de graduados e das taxas de conclusão no ESG foi grande entre 2004 e 2013, mas as altas taxas de reprovação e desistência impediram que estas tivesse sido ainda maior.

3.6.3 Reformas introduzidas no ensino primário

As principais reformas introduzidas no nível primário podem ser resumidas em:

Introdução do Novo currículo do Ensino Primário

O novo currículo do ensino primário foi introduzido em 2004, após um período prolongado da sua elaboração, que contou com a colaboração de vários sectores da sociedade, incluindo os actores directos da educação. O currículo surge em resposta às exigências da sociedade para o tornar mais relevante, inclusivo e adequado aos desafios que a mesma enfrentava.

Constituem inovações ao novo currículo, a introdução de ciclos de Aprendizagem; o Ensino Básico Integrado; o Currículo Local; a Distribuição de Professores; a Progressão por Ciclos de Aprendizagem e a Introdução de Línguas Moçambicanas, do Inglês, de Ofícios e de Educação Moral e Cívica.

O ensino foi organizado em 3 ciclos, unidades de aprendizagem com o objectivo de desenvolver habilidades e competências específicas. Assim, o 1º ciclo constituído pela 1ª e 2ª classe, visa desenvolver no aluno as habilidades e competências de leitura e escrita, contagem de números e realização das

operações básicas; – O 2º ciclo aprofunda as competências desenvolvidas no 1º ciclo e introduz novas aprendizagens relativas às Ciências Sociais e Naturais e, o 3º ciclo, que corresponde ao 2º grau do EP, consolida os conhecimentos adquiridos nos ciclos anteriores e prepara o aluno para a continuação dos estudos e/ou para a vida. Com a introdução dos ciclos de aprendizagem, abriu-se espaço à avaliação por ciclos de aprendizagem, que consiste na transição automática dos alunos, dentro dos ciclos de aprendizagem.

A introdução do Ensino Básico Integrado que articula estruturalmente o ensino em termos de estrutura, objectivos, conteúdos, material didáctico e da própria prática lectiva, foi outra inovação importante.

A introdução das Línguas Moçambicanas no processo de ensino, serviu para assegurar o respeito pelos pressupostos psico-pedagógicos e cognitivos, a preservação da cultura e identidade e os direitos humanos da criança, facilitando o processo da sua inserção na escola e de aprendizagem, através da realização do ensino na língua que esta melhor conhece. A par da introdução das línguas maternas foi introduzido o currículo local, que assegura ao aluno a possibilidade de melhor conhecer a sua comunidade.

Outras inovações importantes são a introdução do ensino de Inglês, como língua do contexto geográfico do país e de comunicação internacional; disciplina de Ofícios para dar ao aluno conhecimentos práticos que lhe permitam viver e trabalhar com dignidade e melhorar as suas oportunidades económicas. As disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Musical, são outras inovações introduzidas.

Actualmente o Ministério encontra-se a realizar uma revisão pontual do currículo do ensino primário no sentido de melhorá-lo em função das observações verificadas durante a sua implementação.

Abolição das Taxas de Matrícula

Em 2004, foi abolida a taxa de matrícula no Ensino primário para todos os alunos deste subsistema, com o objectivo reduzir os custos da frequência às aulas dos alunos mais pobres para alargar o acesso às crianças mais desfavorecidas. Como resultado, houve um aumento dos efectivos escolares,

tendo o sistema alcançado os cerca de 3,47 milhões de alunos, em 2004, contra os 3 milhões projectados.

Introdução do Apoio Directo às Escolas

Até 2003, as escolas primárias do 1º grau não recebiam fundos para as despesas correntes com bens e serviços e apenas recebiam apoio em espécie para o seu funcionamento. O pagamento de alguns bens necessários à educação das crianças, bem como de alguns serviços, como segurança, era feito com fundos que provinham das contribuições dos pais, ou do pagamento das taxas de matrículas. Em 2003, o Governo introduziu o programa de Apoio Directo às Escolas (ADE) com o objectivo de permitir que as escolas primárias do 1º grau pudessem adquirir materiais básicos para o processo de ensino-aprendizagem, tais como lápis, esferográficas, cadernos, material de leitura complementar, entre outros. Entre 2004 e 2005, introduziu-se a componente de Saúde Escolar e HIV/SIDA e o apoio às Crianças Órfãs e Vulneráveis em distritos seleccionados para facilitar a inclusão destas crianças na escola. Na gestão dos fundos do ADE participa a comunidade escolar, através dos Conselhos de Escola. O Manual de Procedimentos 2014, refere-se ao ADE como a primeira experiência de descentralização de fundos e de inclusão dos Conselhos de Escola na sua gestão. Esta experiência foi expandida para abranger todas as escolas primárias públicas (EP1, EP2 e EPCs).

A partir do ano 2008, o ADE começou a ser atribuído também às Escolas Secundárias e Técnicas.

Introdução de novos modelos de formação de professores para o Ensino Primário

A Política Nacional de Educação (PNE) indica que o sector deveria assegurar professores para o EP com o nível médio, ou seja, de 10ª classe de formação geral mais dois anos de formação profissional. Devido à escassez de oferta de graduados do ESG, o MINED foi obrigado a formar professores no Centros de Formação de Professores Primários em programas de formação de 7ª classe mais dois anos de formação. Em paralelo, o sector ia recrutando professores sem formação para cobrirem as necessidades e conter o crescimento do rácio alunos professor.

Em 2007, o MINED introduziu uma modalidade única de formação de professores para o Ensino Primário que consistia no recrutamento de graduados de 10ª classe e a sua formação em modelos de 1 ano. Assim, foram cobertas as necessidades de professores com formação pedagógica e, em 2011, o sector introduziu experimentalmente a modalidade de 10ª classe mais 3 anos de formação pedagógica em busca da melhoria da qualidade da educação. Os dois modelos de formação de professores irão funcionar em paralelo, até a adopção de um modelo definitivo.

Campanha para matrícula dos alunos no Ensino Primário aos 6 anos

Em 2005, o Ministério da Educação em parceria com o UNICEF lançou uma campanha para incentivar os pais a matricular os seus educandos e educandas a partir dos 6 anos de idade. Esta campanha, que se mantém até ao presente, tem tido efeitos positivos sobre a matrícula de crianças com 6 anos na 1ª classe o que contribui para a redução da disparidade idade/classe.

Livro escolar gratuito para o Ensino Primário

Com o objectivo de melhorar a qualidade, o sector manteve o programa de aprovisionamento do livro escolar gratuito para o Ensino Primário.

O programa prevê a distribuição dos livros de Português e Matemática para o 1º ciclo numa proporção de 1 livro por disciplina por aluno. Nestas classes o livro escolar é usado como caderno, portanto, os alunos escrevem no livro.

Da 3ª à 7ª classe (2º e 3º ciclos) existem mais disciplinas e, conseqüentemente mais livros, em média são 7 livros por aluno. A maioria dos livros são distribuídos a uma taxa de reposição de 30% e outros a uma taxa de 20%. O programa de distribuição do livro escolar no ensino primário vem funcionando desde a década de 90 e continuará nos anos seguintes a 2015, por forma proporcionar aos professores e alunos meios para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Ainda assim, o Balanço do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 refere-se ao uso deficiente do livro escolar por parte dos professores o que pode limitar o valor deste recurso para melhorar a qualidade em particular da leitura e escrita.

O programa de distribuição do livro escolar também adquire livros em línguas nacionais para o ensino bilingue previsto pelo currículo adoptado em 2004. O programa prevê, no futuro, adquirir livros para as bibliotecas escolares para reforçar o material de ensino para alunos e professores.

3.6.4 Reformas introduzidas no nível secundário

As principais reformas introduzidas no nível secundário, incluindo o técnico podem ser resumidas em:

Reforma curricular do ensino secundário

Em 2008 foi apresentada a nova reforma curricular para o Ensino Secundário Geral (ESG) com base num diagnóstico realizado pelo sector com a participação das Instituições do ES e da sociedade civil. O novo currículo do ESG apresenta alterações em relação ao currículo anterior que visam adaptá-lo às necessidades dos graduados e às exigências da sociedade e constitui o prosseguimento da reforma curricular iniciada no Ensino Primário.

As inovações do currículo do ESG prendem-se com a sua **profissionalização** isto é a introdução de componentes práticas do “saber fazer” que desenvolvam nos jovens competências úteis para a sua vida laboral; uma nova Abordagem dos **Ciclos de Aprendizagem** que correspondem a blocos de aprendizagem com objectivos avaliados no final do ciclo; O **ensino-aprendizagem Integrado** que procura desenvolver no aluno conhecimentos, habilidades, atitudes e valores articulados em termos de estrutura, objectivos, conteúdos, competências e prática pedagógica; a **Integração de Conteúdos de Interesse Local** que procura responder às necessidades das comunidades; o estudo das **Línguas Moçambicanas** por forma a educar o aluno dentro dos seus moldes culturais nacionais e no espírito de unidade nacional; os temas **Transversais** foram aprofundados nesta reforma, de modo responderem às questões que mais preocupam à sociedade como a integração da cultura de paz, direitos humanos e democracia, as questões relativas ao género, a saúde e nutrição ao meio ambiente, à identidade cultural moçambicana e as actividades co-

curriculares, complementares ao currículo e que promovem hábitos de trabalho individual e colectivo e espírito de iniciativa.

Reforma da formação de professores

A PNE refere que os professores para o ESG deverão possuir o nível mínimo de formação de Bacharelato. Contudo, dada a forte expansão que ensino teve ao longo da década de 2000, o Governo introduziu, em 2007, modelos de formação transitórios para o Ensino Secundário, onde os professores foram formados em cursos de 12^a classe mais dois anos de formação. Este modelo convivia com o modelo de formação de professores de nível de bacharelato e licenciatura. Este curso foi extinto em 2011, sem que o programa tenha sido avaliado e, a partir de então, voltou-se exclusivamente à formação de professores em cursos de Bacharelado ou Licenciatura, como anteriormente vinha fazendo.

Apesar dos esforços de formação de professores realizado pelo sector continua o desafio de recrutar professores para ministarem as disciplinas profissionalizantes do currículo como sejam, Agro-pecuária, Noções de Empreendedorismo ou Tecnologias de Informação e Comunicação o que tem dificultado a introdução do Ensino Secundário Profissionalizante em várias escolas do ESG.

Reforma do Ensino Técnico e Profissional

A reforma do Ensino Técnico e Profissional (ETP) foi definida com base numa avaliação criteriosa das necessidades do mercado. A reforma previa a elaboração de Padrões de Competências para as distintas profissões e níveis de desempenho, com a descrição detalhada do nível de habilidades e conhecimentos necessários para que o graduado execute uma ou mais tarefas, ou desempenhe uma função, ou profissão determinada.

Com base na reforma, os cursos serão estruturados em módulos com conteúdos teóricos e práticos a serem ministrados de acordo com as necessidades do formando. Os formadores deverão ser qualificados e certificados para o exercício das suas funções.

A reforma também introduz um sistema de avaliação e certificação de competências profissionais independente, com a participação do Governo e de

outros stakeholders, e o estabelecimento de um sistema nacional de acreditação das instituições que ministram os cursos.

A reforma prevê ainda a participação activa dos vários sectores da sociedade civil e o sector privado, no financiamento, na gestão do sistema, na formação e no controle de qualidade dos graduados.

Prosseguindo com a reforma do Ensino Técnico foi aprovada a Lei da Educação Profissional que cria a Autoridade Nacional da Educação Profissional (ANEP) e um mecanismo de financiamento compartilhado da deste subsistema de ensino.

4 IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA O ALCANCE DOS 6 OBJECTIVOS DA EPT

Entre 2000 e 2014, o sector implementou 3 planos estratégicos: o de 1998-2003; 2006-2011 e 2012-2016 que ainda se encontra em implementação. O sector da Educação em Moçambique encontra-se a participar da iniciativa EFA-FTI desde 2003.

Os planos e estratégias desenvolvidas pelo sector ao longo do período têm em vista atingir os principais objectivos da Educação plasmados nos documentos nacionais e internacionais. Neste sentido, os documentos sectoriais estão estreitamente interligados entre si e com outras políticas nacionais referentes à redução da pobreza e os compromissos assumidos pelo Estado a nível internacional como a Declaração de EPT, entre outros. Os planos são rolantes e, portanto, os seus objectivos e metas são ajustados em função dos resultados obtidos pelos planos anteriores.

A iniciativa EFA-FTI

Em 2003, Moçambique aderiu à iniciativa EFA-FTI que visava acelerar o acesso universal e a conclusão do ensino primário por todas crianças em idade escolar até 2015.

Para o efeito, foi elaborado um documento contendo as principais reformas, objectivos e metas para 2015. O documento da iniciativa EFA-FTI foi seguidamente incorporado nos Planos Estratégicos do Sector.

Estratégia da Primeira Infância

Em 2012 foi aprovada a estratégia da Primeira Infância que visa atender de maneira integrada as crianças em idade pré-escolar promovendo o seu bem-estar e acesso ao conhecimento desde tenra idade. Esta estratégia está em implementação com a participação activa das comunidades e apoio do Estado que intervém na formação de formadores e educadores, na capacitação das comunidades para além do apoio financeiro a iniciativas nesta área.

Ainda não se pode avaliar de maneira definitiva os resultados da estratégia, mas pode-se dizer que a elaboração e adopção deste instrumento constitui um passo no caminho certo para chamar a atenção de todos os parceiros do sector

para a questão da primeira infância, e, para apoiar a preparação das crianças para enfrentarem com sucesso o ensino primário.

Estratégias de Alfabetização e Educação de Adultos

Ao longo do período, o sector aprovou duas estratégias de AEA, sendo que a 2ª constitui o seguimento da primeira.

A Estratégia de AEA identificou 3 áreas de acção para os próximos 5 anos, nomeadamente, expansão equitativa do acesso aos programas e retenção dos educandos, a melhoria da qualidade e relevância dos programas de AEA e o reforço da capacidade institucional. Prevê-se alfabetizar, através de diversos programas baseados nas necessidades das comunidades, 5 milhões de adultos, dos quais, 60% serão mulheres. A estratégia prevê o reforço da capacidade institucional (formação dos gestores dos programas de AEA) para melhorar a gestão destes.

Os objectivos das estratégias de AEA são de reduzir à metade, em 2015, a taxa de analfabetismo registada em 2000.

A Estratégia do Ensino Secundário

A Estratégia do Ensino Secundário previa expandir o acesso à educação secundária profissionalizante a um número maior de alunos. O principal pressuposto para a expansão do acesso era o aumento da conclusão no Ensino Primário, o que não aconteceu como previsto, resultando em números de alunos inferiores aos previstos pela estratégia.

No Ensino secundário foi reorganizado o sistema de exames, através da introdução dos exames de múltipla escolha, que tem como objectivo facilitar o processo de aplicação e sua correcção. Foi também introduzido o Ensino à Distância para o Ensino Secundário o que permite aliviar as escolas secundárias do crescente número de alunos nos cursos presenciais.

A reforma o Ensino Técnico e Profissional

A reforma do ETP traz mudanças significativas ao subsistema de educação profissional. O programa, financiado pelo Governo e seus parceiros pretende ultrapassar os problemas da fraca qualidade e relevância desta área de ensino, da fragmentação dos programas, através da introdução de um sistema de

formação baseado na oferta orientada pela procura da economia. O programa vem sendo implementado desde 2006, em 4 sectores económicos e 16 ocupações profissionais em 14 instituições de formação. A reforma prevê a criação de um sistema de governação e regulamentação integrada da formação, o envolvimento dos parceiros do sector na planificação e implementação, mecanismos de avaliação de necessidades do mercado de trabalho, o desenvolvimento de padrões profissionais e novas formas de financiamento.

O objectivo da reforma é de tornar a formação orientada para a procura, dando ao formando mais e melhores capacidades para a realização das suas actividades profissionais.

O Plano Estratégico da Educação 2012-2016

O PEE 2012-2016 integra todas as políticas relativas e estratégias vigentes, referentes ao sector da educação. Este plano, identificou os principais desafios e estabeleceu objectivos e metas para cada um dos programas implementados pelo MINED que são mostrados na Tabela 9.

Como se pode ver, os objectivos definidos estão ao alcance do Sector, à excepção dos da Alfabetização, dado o tempo e as capacidades do sector nesta área. Contudo, os objectivos de conclusão do Ensino Primário e de escolarização do Ensino Secundário exigem um grande empenho do sector, caso se pretenda atingí-los em 2016.

Tabela 9 – Objectivos e Metas entre 2000 e 2016

Programa	Objectivo Geral	Principal indicador de resultado		Base 2000	Base PEE 2012-2016 (2011)	Meta - PEE 2012-2016 (2016)
Ensino (Pré-) Primário	Assegurar que todas as crianças tenham oportunidade de concluir uma educação básica de 7 classes com qualidade	Taxa bruta de conclusão	Total	11,2%	49% (2010)	54% (2015)
			Rapariqas	7,7%	45% (2010)	51% (2015)
Alfabetização e Rapariqas Adultos	Aumentar as oportunidades para que mais jovens e adultos sejam alfabetizados*	Taxa de analfabetismo	Total	60,5% (1997)*	48,1% (2008)	30% (2016)
			Mulheres	74,1% (1997)*	62,7% (2008)	45% (2016)
Ensino Secundário	Expandir, de forma controlada, equitativa e sustentável, o acesso ao ensino secundário profissionalizante, com enfoque na sua qualidade e	Taxa bruta de escolarização (ESG1)	Total	10,0%	46%	50% (2016)
			Rapariqas	7,7%	43%	47% (2016)
Ensino Técnico-profissional	Melhorar o acesso, a relevância, a eficiência, a eficácia e a qualidade do Ensino Técnico-Profissional visando o desenvolvimento do País	% de graduados absorvidos pelo mercado de trabalho de acordo com a sua formação (programa PIREP)		n.a.	27% (2007)	60% (2016)
Ensino Superior	Promover a participação e o acesso a um ensino superior que responde às necessidades para o desenvolvimento socioeconómico do país, garantindo a sua eficácia, equilíbrio e sustentabilidade	Número de estudantes no ensino superior por 1.000 habitantes		0,6*	3 (2009)	5 (2016)
Desenvolvimento Administrativo e Institucional	Fortalecer a gestão profissionalizada do Sistema Educativo aos vários níveis, particularmente nos distritos, com vista a melhorar a qualidade de prestação dos serviços educativos, com equidade, em todo o país	Índice de satisfação da população com a qualidade dos serviços educativos		n.a.	n.a.	Satisfatório (2016)

Fonte: PEE 2012-2016; * Parpa 2001-2005

O relatório de Balanço da implementação do Programa do Governo na área de Educação 2010-2014 refere que o principal desafio do sector continua ser a fraca aprendizagem dos alunos que tem como consequência, elevadas taxas de reprovação, repetição e desistência em todos os níveis de ensino.

A aprendizagem da leitura, escrita e contagem no 1º ciclo do EP, constitui um aspecto importante para a vida das crianças e para a que possam dar continuidade à aprendizagem ao longo da vida. É também uma forma de assegurar que estes alunos não retornem ao analfabetismo, desperdiçando o investimento neles realizado pelo Estado no EP. A fraca aprendizagem é determinada, segundo o Balanço pelas:

“...fraquezas do processo de ensino-aprendizagem na sala de aula (sobretudo no Ensino Primário), em termos de assiduidade dos professores e dos gestores da escola, deficiências na preparação das aulas, domínio do Português e no uso eficiente dos materiais didáticos, incluindo os livros, um currículo sobrecarregado e, sobretudo, fraco acompanhamento da aprendizagem do aluno, e responsabilidade pelo desempenho escolar.”

Balanço do Plano Balanço da implementação do Programa do Governo na área de Educação 2010-2014, pp.2;

A situação referida anteriormente é corroborada por outros estudos como sendo o da “Análise de custo benefício das intervenções do sector da Educação a nível da Escola”, Lobo, M. 2014, assim como da “Avaliação Nacional da Aprendizagem na 3ª classe (leitura)”, INDE, 2014..

O Balanço do Plano Balanço da implementação do Programa do Governo na área de Educação 2010-2014 indica que “Não se vai conseguir atingir a maior parte das metas do PEE 2012-2016, devido à estagnação dos progressos nestes últimos anos.” pp. 4.

Por isso, o sector propõe-se a estender o PEE 2012-2016 para o ano 2019, com vista a permitir mais tempo para o alcance dos objectivos e metas estabelecidas. Igualmente o sector deverá monitorar a implementação dos

programas sectoriais prioritários através de um plano operacional trienal rolante e fomentar o desenvolvimento institucional, priorizando a qualidade dos recursos humanos e a melhoria da gestão escolar, visando melhorar a aprendizagem a nível da escola.

As constatações do MINED permitiram definir acções específicas a nível dos diferentes programas sectoriais que foram estabelecidos pelo Plano Operacional, que se focalizam nos aspectos seguintes:

Ensino Pré-Primário

O Estado irá concentrar-se na implementação da Estratégia do DICIPE, procurando expandir o acesso ao ensino pré-escolar e a outras áreas de apoio à criança em idade pré-escolar, com o objectivo de preparar a criança para o Ensino Primário. Neste contexto, urge melhorar a dieta alimentar de mais crianças reduzindo os actuais índices de subnutrição crónica grave e moderada que afectavam 20% e 43% de crianças menores de 5 anos em 2011⁷ em todo o país, situação que condiciona em certa medida os resultados dos níveis seguintes da educação.

A expansão do programa-piloto de educação pré-escolar deverá contribuir para melhor preparar as crianças para frequentarem o ensino primário, em particular do meio rural. A implementação deste programa vai também permitir iniciar um debate sobre a inclusão do pré-escolar no ensino primário, conforme indica o Plano Operacional 2015-2018.

Ensino geral

No ensino primário a prioridade será de assegurar que todas as crianças possam frequentar e concluir o ensino primário de 7 classes com a qualidade desejada.

Assim, o sector continuará a privilegiar a boa gestão da escola, que enfatize a necessidade de novas dinâmicas na sala de aula para melhorar os resultados da aprendizagem dos alunos. Neste sentido, todos os recursos da escola deverão ser encaminhados para o objectivo central desta, que é o de criar um

⁷ Instituto Nacional de Estatística, Inquérito Demográfico de Saúde de 2011, Maputo, 2013

ambiente propício à da aprendizagem, em particular da leitura, escrita e aritmética, no 1º ciclo do ensino primário.

Nos restantes níveis de ensino geral o sector continuará a privilegiar a expansão do acesso ao ensino, através melhoria da qualidade que deverá trazer maior eficiência interna do sistema. Paralelamente, questões como a formação e contratação de professores, a construção de mais salas de aulas e a aquisição de materiais escolares, serão também objecto de atenção, por forma a melhorar a qualidade de ensino.

Ensino Técnico e Profissional

No ensino técnico e profissional o sector continuará a implementar a reforma deste subsistema assegurando uma formação cada vez mais orientada para o mercado de trabalho.

Alfabetização e Educação de Adultos

O Desafio da AEA será de garantir que mais adultos frequentem os cursos, sem desistência, que aprendam e tenham aproveitamento escolar positivo de modo a reduzir os níveis de analfabetismo no seio dos adultos. Os programas serão implementados em parceria com as comunidades e o sector privado. O sector irá trabalhar no sentido de reduzir o nível de analfabetismo no país até os 30%.

Desenvolvimento Institucional

O MINED irá promover o desenvolvimento institucional e a boa governação no sentido de melhorar a gestão do sistema e a gestão escolar e assegurar que os recursos atribuídos ao sector sejam usados para garantir bons resultados de aprendizagem dos alunos.

- Indicadores Rápidos de Moçambique, PNUD, Moçambique, 2012;
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Plano Curricular do Ensino Básico – Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação, Maputo, 2003;
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Plano Curricular do Ensino Secundário Geral – Documento Orientador, Objectivos, Políticas, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação, Maputo, 2007;
- Instituto Nacional de Estatística, Inquérito Demográfico de Saúde de 2011, Maputo, 2013
- Instituto Nacional de Estatística, Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar, 2002/3; Maputo, 2004
- Instituto Nacional de Estatística; Inquérito Demográfico de Saúde 2003; Maputo, 2006;
- Instituto Nacional de Estatística; Inquérito Demográfico de Saúde 2011, Maputo, 2013;
- Instituto Nacional de Estatística; O Perfil de Desenvolvimento Humano em Moçambique, 1997 – 2011; Maputo, 2012;
- Lobo, Manuel e Ubisse Esmenia; Análise de custo benefício das intervenções do Sector da Educação a nível da Escola; Maputo, 2014
- Ministério da Educação e Cultura, Direcção de Coordenação do Ensino Superior, Operational Plan 2006-2010 for the implementation of the second phase of the National Strategic Plan for Higher Education in Mozambique; Maputo, 2006
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), Relatório Avaliação Nacional da 3ª classe, Maputo, 2014;
- Ministério da Educação; Plano Estratégico da Educação, 1999-2003; Maputo, 1999;
- Ministério da Educação e Cultura; Plano Estratégico da Educação e Cultura, 2006-2011, Maputo, 2006;

- Ministério da Educação; Plano Estratégico da Educação, 2012-2016, Maputo, 2012,;
- Ministério da Educação; Balanço da implementação do Programa do Governo na área de Educação 2010-2014, - Progressos e desafios; Versão Final, 16/10/2014, Maputo, 2014;
- Ministério da Educação; Manual de Procedimentos do ADE -2014, Maputo, 2014;
- Ministério da Educação; Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2010; Maputo, 2006;
- Ministério da Educação; Balanço do Plano Económico e Social 2000; Maputo, 2000;
- Ministério da Educação; Education for all-Fast Track Initiative, Maputo, 2003
- Ministério da Educação; Plano Estratégico da Educação, Documento número 1.02/RAR15, Desempenho do Sector da Educação 2013, 3ª versão-final, Maputo, 2014
- Ministério da Educação; Plano Estratégico de Educação 1999-2003 - “Combater a Exclusão, Renovar a Escola”, Maputo, 1998;
- Ministério da Educação; Plano Estratégico de Educação e Cultura 2012 – 2016, Maputo, 2012
- Ministério da Educação; Plano Operacional 2015-2018; 2ª Versão; Maputo, 12-12-2014
- República de Moçambique; Constituição da República, 2004; Maputo, 2004;
- República de Moçambique; Lei 6/92, Aprova o Sistema Nacional de Educação; Maputo, 1992;
- República de Moçambique; Relatório Sobre a Implementação da Carta Africana Sobre os Direitos e Bem – Estar da Criança, 2000-2013; Maputo, 2013
- República de Moçambique; Resolução 8/95 de 22/12, Aprova a Política Nacional de Educação e a Estratégia da sua Implementação; Maputo, 1995;

- UNDP; Human Development Report 2014 – Sustaining Human Progress, Reducing Vulnerabilities and building resilience, Explanatory note on the 2014, Human development Report composite Indices, Mozambique, 2014;

Site consultado:

- o <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTDEBTDEPT/0,,contentMDK:20058108~menuPK:64166659~pagePK:64166689~piPK:64166646~theSitePK:469043,00.html>, Consultado, a 11-12-2014

7 ANEXOS

Anexo1: Dados Gerais sobre Moçambique entre 2000 e 2013

Moçambique	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB per capita (PPP*)	410	450	500	520	560	610	630	690	730	800	860	910	980	1040
População (milhões)	18,276	18,786	19,320	19,873	20,439	21,010	21,587	22,171	22,763	23,361	23,967	24,581	25,203	25,834
GDP (Milhões de Usd)	4310,09	4075,05	4201,33	4666,20	5697,99	6578,52	7095,91	8035,64	9891,00	9674,04	9274,45	1254,78	146,4	158,9
Crescimento anual do PIB (%)	1%	12%	9%	6%	9%	9%	6%	7%	7%	6%	7%	7%	7%	7%
Esperança de vida à nascença (anos)	47	48	48	48	48	48	48	48	48	49	49	49	50	

PPP -

Paridade do

Poder de

Compra

Fonte: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx#>

(11/12/2014)

Anexo 2: Crianças atendidas nos Centros Infantis e Escolinhas entre 2000 e 2012

Crianças atendidas entre 2000 e 2012	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Centros Infantis	6 096	6 888	8 166	9 063	10 322	12 982	14 545	13 570	14 446	14 778	17 948	21 129	20 685
Escolinhas	19 526	22 687	29 620	37 434	27 195	39 935	42 150	42 873	49 355	50 629	50 136	40 940	46 455
Total	25 622	29 575	37 786	46 497	37 517	52 917	56 695	56 443	63 801	65 407	68 084	62 069	67 140
Taxa bruta de escolarização	0,7%	0,8%	1,0%	1,2%	0,9%	1,3%	1,3%	1,3%	1,4%	1,4%	1,5%	1,3%	1,4%

Fonte: A implementação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem Estar da Criança- 2000-2012, Maputo 2013

Anexo 3; Taxas líquidas e brutas de escolarização no Ensino Primário de 7 classes de 2000 a 2014

Anos	Alunos		TLE	TBE
	matriculados EPC	Alunos de 6 a 12 anos		
2000	2 278 087	1 846 975	55,7%	68,7%
2001	2 508 854	2 047 262	60,0%	73,5%
2002	2 644 781	2 161 316	61,6%	75,4%
2003	2 826 494	2 332 780	64,6%	78,3%
2004	3 629 407	2 714 614	73,1%	97,8%
2005	4 009 095	3 026 861	77,1%	102,1%
2006	4 247 462	3 272 272	83,3%	108,1%
2007	4 643 768	3 601 720	89,2%	114,9%
2008	4 978 871	3 878 290	93,3%	119,8%
2009	5 147 741	4 058 535	94,8%	120,2%
2010	5 354 392	4 221 961	95,6%	121,2%
2011	5 313 131	4 249 132	93,2%	116,5%
2012	5 409 488	4 398 688	93,5%	115,0%
2013	5 566 118	4 587 006	95,1%	115,4%
2014	5 705 343	4 767 782	96,3%	115,3%

Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 4: Taxas líquidas e brutas de admissão à 1ª classe entre 2000 a 2014

Anos	Total de crianças matriculadas na 1a classe excluindo os repetentes	Crianças de 6 anos matriculadas	Crianças 6 anos	Taxa líquida de admissão	Taxa bruta de admissão
2000	582 346	149 308	494 696	30,2%	117,7%
2001	634 530	176 744	512 361	34,5%	123,8%
2002	612 778	183 252	530 656	34,5%	115,5%
2003	685 613	223 222	549 605	40,6%	124,7%
2004	881 967	268 050	569 231	47,1%	154,9%
2005	936 715	310 799	589 558	52,7%	158,9%
2006	946 780	344 786	610 610	56,5%	155,1%
2007	1 066 482	389 999	632 415	61,7%	168,6%
2008	1 143 830	419 216	654 998	64,0%	174,6%
2009	1 213 560	454 202	678 369	67,0%	178,9%
2010	1 213 560	488 718	701 351	69,7%	173,0%
2011	1 214 602	501 872	722 831	69,4%	168,0%
2012	1 249 279	528 046	737 186	71,6%	169,5%
2013	1 304 850	581 387	733 604	79,3%	177,9%
2014	1 347 420	625 903	759 179	82,4%	177,5%

Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 5: Relação alunos professor no Ensino Geral entre 2000 e 2014

	EP1			EP2			ESG1			ESG2		
	Professores	Alunos	Alunos professor	Professores	Alunos	Alunos professor	Professores	Alunos	Alunos professor	Professores	Alunos	Alunos professor
2000	36 187	2 315 547	64	7 703	267 013	35	5 094	129 278	25	984	19 348	20
2001	38 818	2 555 975	66	9 204	327 494	36	5 794	157 930	27	1 312	24 571	19
2002	40 226	2 705 013	67	10 388	377 342	36	6 820	204 322	30	1 359	30 906	23
2003	44 225	2 884 243	65	9 866	430 520	44	4 733	236 019	50	1 162	38 192	33
2004	46704	3 138 005	67	10303	491 373	48	4385	285 535	65	759	45 685	60
2005	45924	3 467 599	76	10789	541 464	50	4888	350 681	72	829	53 972	65
2006	47176	3 656 814	78	12211	590 615	48	5725	435 165	76	1060	71 412	67
2007	53038	3 931 398	74	14807	712 340	48	6868	519 236	76	1281	95 779	75
2008	56661	4 178 866	74	17285	800 005	46	8219	588 621	72	1775	121 233	68
2009	66229	4 301 824	65	21589	845 917	39	10523	670 791	64	2245	141 714	63
2010	61302	4 456 585	73	19192	897 768	47	9196	733 593	80	2890	179 608	62
2011	69530	4 441 715	64	22637	871 693	39	11190	761 589	68	3403	191 320	56
2012	71704	4 559 595	64	23485	851 544	36	12309	758 383	62	3778	197 283	52
2013	74342	4 725 662	64	24221	842 145	35	13387	769 989	58	4427	203 606	46
2014	76572	4 857 591	63	24549	847 752	35	13861	757 113	55	4886	229 552	47

Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 6: Relação alunos turma

	EP1			EP2			ESG1			ESG2		
	Turmas	Alunos	Alunos turma	Turmas	Alunos	Alunos turma	Turmas	Alunos	Alunos turma	Turmas	Alunos	Alunos turma
2000	50 456	2 315 547	46	5 523	267 013	48	2 730	129 278	47	473	19 348	41
2001	55 569	2 555 975	46	6 565	327 494	50	3 222	157 930	49	609	24 571	40
2002	59 326	2 705 013	46	7 683	377 342	49	3 994	204 322	51	746	30 906	41
2003	63 043	2 884 243	46	8 697	430 520	50	4 510	236 019	52	856	38 192	45
2004	65 381	3 138 005	48	9 663	491 373	51	5 481	285 535	52	1 016	45 685	45
2005	70 353	3 467 599	49	10 575	541 464	51	6 089	350 681	58	1 152	53 972	47
2006	73 962	3 656 814	49	11 458	590 615	52	7 530	435 165	58	1 422	71 412	50
2007	78 830	3 931 398	50	13 418	712 340	53	8 698	519 236	60	1 812	95 779	53
2008	83 634	4 178 866	50	15 238	800 005	53	9 717	588 621	61	2 180	121 233	56
2009	86 207	4 301 824	50	16 406	845 917	52	10 605	670 791	63	2 574	141 714	55
2010	89 053	4 456 585	50	17 508	897 768	51	11 738	733 593	62	3 132	179 608	57
2011	87 520	4 441 715	51	17 421	871 693	50	12 371	761 589	62	3 458	191 320	55
2012	90 207	4 559 595	51	17 483	851 544	49	13 019	758 383	58	3 815	197 283	52
2013	93 779	4 725 662	50	17 991	842 145	47	13 556	769 989	57	4 037	203 606	50
2014	96 238	4 857 591	50	18 697	847 752	45	13 418	757 113	56	4 451	229 552	52

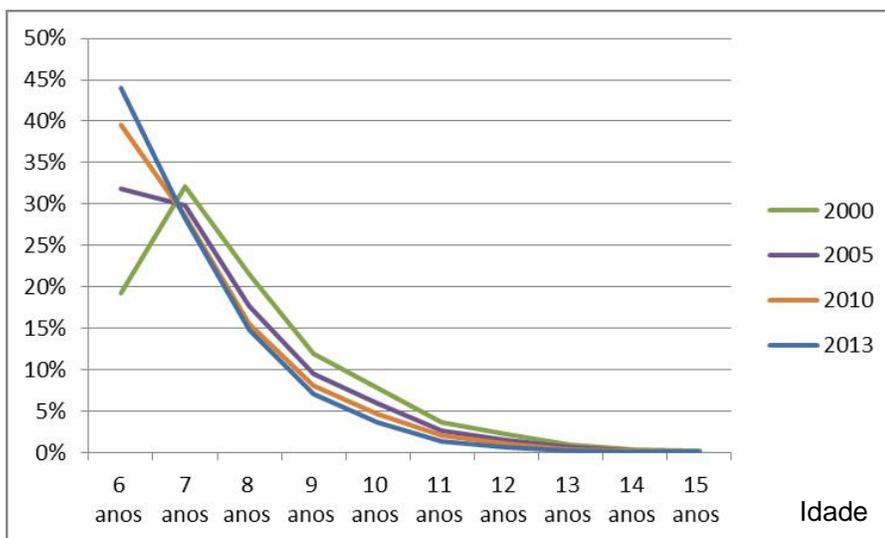
Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 7: Taxas de aprovação entre 2000 e 2013 no EP

Classe	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1ª classe	61,5%	61,6%	63,1%	66,1%	81,5%	85,1%	87,6%	88,8%	88,8%	87,6%	86,9%	87,1%	82,4%	88,6%
2ª classe	65,0%	64,9%	65,5%	68,0%	71,1%	79,0%	80,3%	82,8%	80,0%	80,1%	78,2%	78,6%	83,5%	81,2%
3ª classe	63,1%	63,8%	64,7%	66,8%	82,6%	84,4%	86,0%	82,5%	86,6%	85,8%	85,1%	85,7%	83,4%	87,1%
4ª classe	66,4%	67,0%	67,6%	69,3%	71,1%	85,1%	85,6%	86,7%	85,8%	85,3%	84,4%	84,8%	82,7%	86,4%
5ª classe	66,8%	64,4%	67,5%	66,9%	67,2%	72,3%	69,8%	69,2%	65,2%	62,0%	59,1%	59,9%	61,9%	63,0%
6ª classe	62,8%	63,9%	65,1%	65,1%	82,5%	82,5%	83,8%	85,2%	82,9%	83,5%	80,7%	81,6%	77,4%	84,2%
7ª classe	53,4%	59,5%	60,5%	56,7%	73,2%	68,3%	67,7%	71,0%	67,1%	62,8%	58,5%	59,0%	66,5%	65,5%

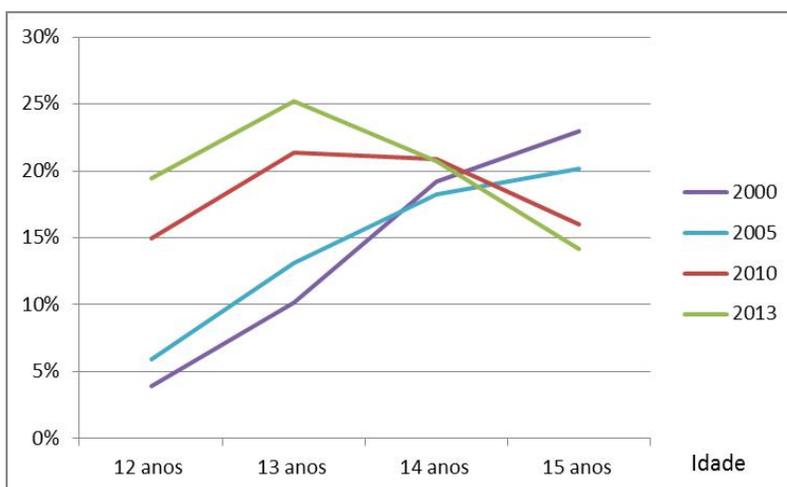
Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 8: Distorção idade/classe na 1ª classe entre 2000 e 2015



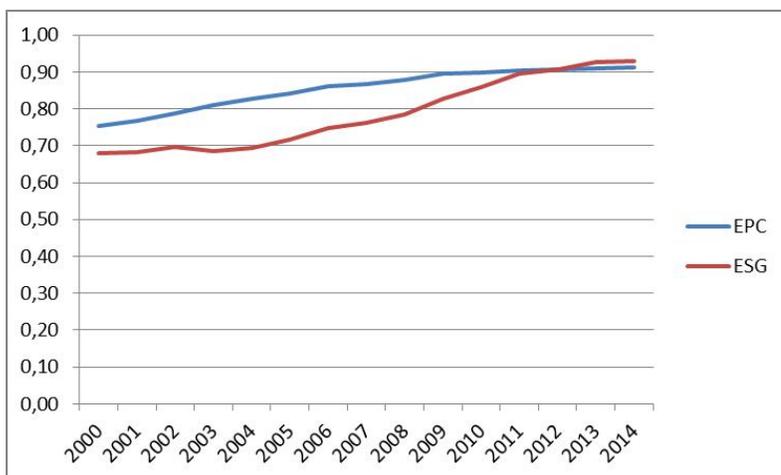
Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 9: Proporção de alunos com 12 ou mais anos frequentado a 7ª classe entre 2000 e 2013



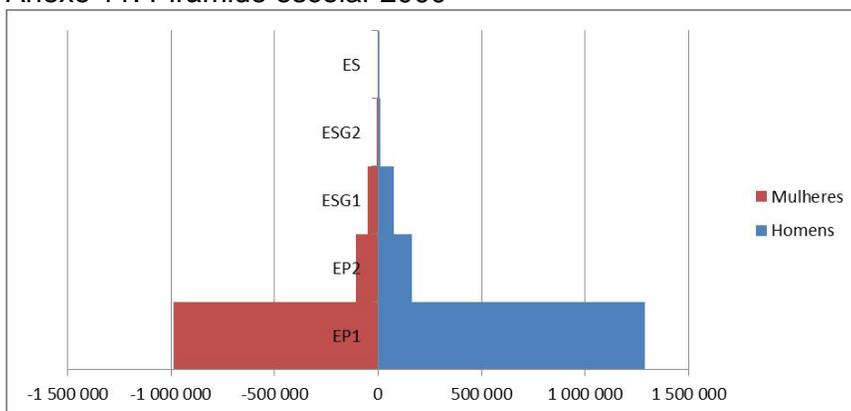
Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 10 Paridade de género no EPC e ESG1 entre 2000 e 2013



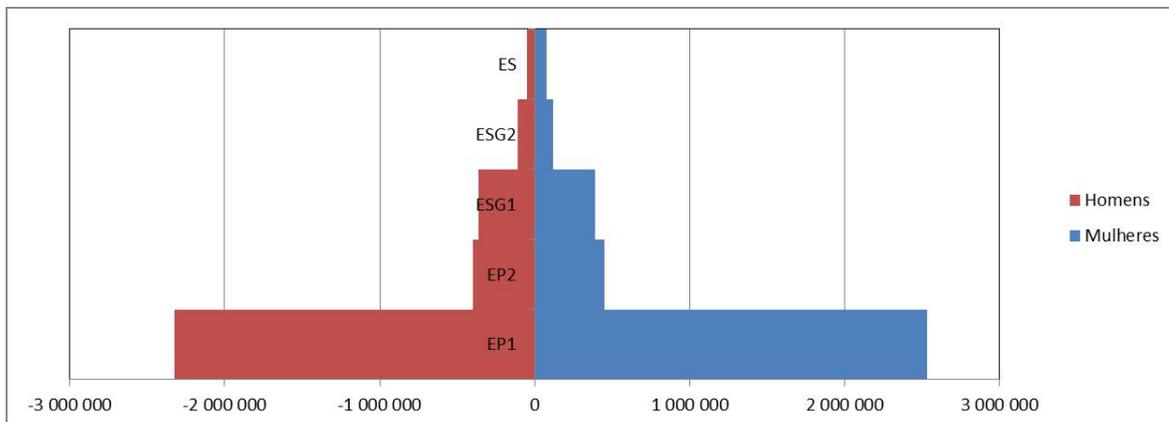
Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 11: Pirâmide escolar 2000



Fonte: Estatísticas MINED, 2000-2014

Anexo 12: Pirâmide escolar 2014



Fonte: Estatísticas MINED, 2014